



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2002

*Relatório das atividades da
Comissão de Direitos Humanos da
Câmara dos Deputados no ano de
2002.*

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Publicações

Brasília – 2003

MEMBROS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PRESIDENTE: Deputado ORLANDO FANTAZZINI - PT/SP
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado PADRE ROQUE - PT/PR
2º VICE-PRESIDENTE: Deputado EDUARDO BARBOSA - PSDB/MG
3º VICE-PRESIDENTE: Deputado PAULO JOSÉ GOUVEA - PL/RS

TITULARES

15/12/02

DEPUTADO (A)	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	738	318-5738
ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	929	318-5929
BABÁ	PT	PA	480*	318-5480
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	862	318-5862
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540	318-5540
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	203	318-5203
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	601	318-5601
FLAVIO ARNS	PT	PR	850	318-5850
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	732	318-5732
JAIME MARTINS	PFL	MG	333	318-5333
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	339	318-5339
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	860	318-5860
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	908	318-5908
MARCONDES GADELHA	PFL	PB	901	318-5901
NELSON TRAD	PTB	MS	452	318-5452
NILO COELHO	PSDB	BA	336	318-5336
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	907	318-5907
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579*	318-5579
PADRE ROQUE	PT	PR	568*	318-5568
PAULO JOSÉ GOUVEA	PL	RS	641	318-5641
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	310	318-5310
RÉGIS CAVALCANTE	PPS	AL	724	318-5724
RITA CAMATA	PMDB	ES	905	318-5905
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA	550	318-5550

PRESIDENTE: Deputado ORLANDO FANTAZZINI - PT/SP
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado PADRE ROQUE - PT/PR
2º VICE-PRESIDENTE: Deputado EDUARDO BARBOSA - PSDB/MG

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado PAULO JOSÉ GOUVEA - PL/RS

SUPLENTE

15/12/02

DEPUTADO (A)	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE	575*	3185575
DE VELASCO	PSL	SP	354	318-5354
EBER SILVA	PST	RJ	435	318-5435
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	919	318-5919
FERNANDO GABEIRA	PT	RJ	374	3185374
JOSÉ ANIBAL	PSDB	SP	823	318-5523
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	516	318-5516
LUIZ ALBERTO	PT	BA	954	318-5954
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	466*	318-5466
MARCOS ROLIM	PT	RS	277*	318-5277
MORONI TORGAN	PFL	CE	445	318-5445
NELSON PELLEGRINO	PT	BA	671*	318-5671
NICE LOBÃO	PFL	MA	215	318-5215
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	370*	318-5370
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	813	318-5813
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	405	318-5405
SOCORRO GOMES	PC do B	PA	933	318-5933
TADEU FILIPPELLI	PMDB	DF	837	318-5837
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	508	318-5508
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	411	318-5411

*** Gabinetes localizados no anexo III**

Secretário da Comissão: Márcio Marques de Araújo

**FUNCIONÁRIOS DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

SECRETÁRIO

Márcio Marques de Araújo

ASSESSORIA TÉCNICA

Agustino Pedro Veit
Simone Ambros Pereira
Antonio Geraldo Pereira Ferras
Mateus Afonso Medeiros

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Janete Gomes Lemos

SETOR ADMINISTRATIVO

Clotildes de Jesus Vasco
Aldenir Áurea da Silva
Maria da Consolação Soares
Maria Herlene Ximenes de Souza Oliveira
Heloísa Helena Lira - Assistente

SETOR DE INFORMÁTICA

Washington Carlos Maciel da Silva

SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Juracema Camapum Barroso
Maria do Carmo Souza Santos
Teresinha de Lisieux Franco Miranda

PROGRAMA PRÓ-ADOLESCENTE

Marilúzia Lopes Bonfim
Michel Mota de Jesus

**Comissão de Direitos Humanos da
Câmara dos Deputados**

Fones: 55(061) 318-8284 e 318-8285
Fax: 55(061) 318-2170
E-mail: cdh@camara.gov.br
Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>
Endereço: Câmara dos Deputados
Anexo II - Sala 185 - A - Pavimento Superior
CEP 70160-900 - Brasília-DF - Brasil

SUMÁRIO

	Pág.
O que é a Comissão de Direitos Humanos.....	06
Apresentação – Direitos Humanos em 2002	08

Notas Oficiais.....	09
Denúncias recebidas pela CDH em 2002	15
Alguns casos acompanhados pela CDH	18
A CDH e o Orçamento da União	21
Quadro das emendas da CDH ao orçamento da União de de 2003	22
Atuação na Lei de Diretrizes Orçamentárias	23
Demonstrativos dos eventos realizados em 2002	24
Demonstrativos dos Requerimentos aprovados em 2002	29
Eventos realizados	
Campanha	39
Caravana	46
Audiências públicas	57
Seminários	60
CDH no III Fórum Social Mundial	66
VII Conferência Nacional de Direitos Humanos	68
Subcomissão	84
Missões Externas.....	84

O QUE É A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS ?

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) é uma das 18 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Constituída por 35 deputados membros titulares e 25 membros suplentes, é dirigida por um presidente e três vice-presidentes. Teve sua constituição aprovada pela unanimidade do plenário da Câmara dos Deputados no dia 31 de janeiro de 1995, tendo se instalado em 7 de março daquele mesmo ano.

Ao criar o novo órgão técnico, o Parlamento brasileiro concretizava uma antiga aspiração das entidades civis ligadas ao tema. A criação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos vinha sendo sugerida em diferentes ocasiões, sobretudo em relatórios de CPI como a que, em 1993, investigou o extermínio de crianças e adolescentes.

A CDH valeu-se da experiência acumulada por parlamentares que atuaram em legislaturas anteriores da Câmara em comissões que investigaram casos específicos relacionados aos direitos humanos e por outros que se destacaram como deputados estaduais integrantes de Comissões de Direitos Humanos em Assembléias Legislativas e com trajetória de luta como militantes da área.

A CDH converteu-se de imediato no desaguadouro de denúncias trazidas pela sociedade à Câmara dos Deputados, permitindo uma resposta rápida às violações que ficariam sujeitas à incerta criação de CPI. O Congresso Nacional dotou-se, desta forma, de um instrumento capaz de exercer sua função propositiva e fiscalizadora com a agilidade e amplitude que exigem os direitos humanos, equiparando-se assim aos parlamentos das democracias modernas do mundo.

Atividades

Além de receber e encaminhar denúncias e de fiscalizar os órgãos de Estado, a CDH trabalha como autora de proposições legislativas (projetos de lei, emendas, indicações, requerimentos) e de subsídios a outros órgãos parlamentares. Outro campo de atividade na área legislativa é eminentemente político: a articulação com outras comissões da Câmara e do Senado, lideranças políticas e representações dos poderes Executivo e Judiciário, tendo em vista a tramitação das matérias estratégicas para os direitos humanos e a cidadania. Entretanto, a CDH não é dotada de poderes regimentais para votar projetos de lei, restrição essa que não tem impedido a CDH de influir no plano legislativo.

A cooperação com outras instituições públicas e com a sociedade civil é outra missão regimental da CDH. Audiências Públicas, seminários e outros eventos são realizados constantemente com a parceria dessas entidades. É sistemática a comunicação entre a comissão e organizações não-governamentais, instituições públicas, órgãos de imprensa e organismos internacionais no planejamento de suas atividades. A CDH tornou-se, para as entidades atuantes em direitos humanos, uma

importante referência política, um suporte institucional qualificado e um organismo disposto a colaborar nas atividades da área.

No plano internacional, a CDH acompanha o trabalho dos organismos responsáveis por direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e ONGS internacionais, mantendo mútua cooperação com base nos instrumentos internacionais de que o Brasil é signatário. Desta forma, a CDH contribui para a integração do País no sistema global e regional de proteção dos direitos humanos.

O regime jurídico da CDH, previsto pela Resolução nº 80/95, da Câmara dos Deputados, enumera, além das competências comuns a todas as demais comissões permanentes, as seguintes atribuições: "recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos; fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos; pesquisa e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais comissões da Casa".

APRESENTAÇÃO

DIREITOS HUMANOS EM ANO 2002

*Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP),
Presidente da Comissão de Direitos Humanos*

A sessão legislativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH) iniciada em março de 2002 e encerrada em fevereiro de 2002 apresenta um saldo positivo. O balanço mostra que os objetivos que propusemos no início de nossa gestão, com o respaldo da aprovação dos mesmos pelo plenário do colegiado parlamentar, foram atingidos satisfatoriamente.

Os principais resultados obtidos foram conseguidos por meio de estratégias que sempre privilegiaram a atuação conjunta e aberta a todos os parlamentares, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e as outras instituições públicas que se dedicam aos direitos humanos. Hoje é possível afirmar que a Comissão prestou importante contribuição na aprovação de proposições fundamentais para os direitos humanos, reforçou vínculos com a sociedade civil e aperfeiçoou os métodos de promoção e proteção dos direitos, estimulando o exercício pleno da cidadania.

Espaço aberto à participação

A tônica político-administrativa que procuramos imprimir foi a de possibilitar a todos os parlamentares da Comissão todo o apoio para trabalhar. Desta forma, o colegiado manteve presença em diversas frentes de trabalho e em diferentes Estados, obteve repercussão nessas atividades e visibilidade dos parlamentares que as realizaram; criou novos laços de solidariedade e contribuiu para fortalecer a proteção dos direitos humanos em âmbito nacional. Ação contra a tortura; ação contra a violência agrária; a forte presença em diferentes pontos do país para denunciar abusos contra crianças e o trabalho infantil; encorajando a atuação local dos conselhos tutelares; etc.

A Comissão estreitou laços com outras instituições públicas e organizações da sociedade civil para a promoção dos direitos humanos. De um total de eventos realizados, entre seminários e audiências públicas, destacaram-se a VII Conferência Nacional de Direitos Humanos e o Lançamento da Campanha "Quem financia a Baixaria é contra a cidadania".

NOTAS OFICIAIS

A primeira medida do governo para o combate ao crime representa uma barbárie aos direitos humanos

O Poder Executivo edita medida violadora dos direitos humanos. Pela medida, publicada no diário oficial em 05 de fevereiro, todo o preso que cometa qualquer crime doloso na penitenciária estará sujeito a um regime disciplinar diferenciado ficando por 16 horas diárias e por 360 dias do ano em cela individual, a chamada “solitária”. Também todas as sanções de advertência, repreensão, suspensão ou restrição de direitos do preso serão aplicadas pelo diretor do presídio e não mais pelo juiz de direito.

A medida representa total retrocesso e violação aos direitos humanos da pessoa sentenciada. Fere as Regras Mínima Para o Tratamento do Preso, definidas pela ONU e a Constituição Federal. A própria Lei de Execuções Penais determina que o isolamento a suspensão e a restrição de direitos não deva exceder a trinta dias. Esse máximo não é por acaso. Em nenhuma outra legislação do mundo se admite um tempo maior de 30 dias de isolamento para um preso. Até mesmo nos EUA, onde vige uma das legislação de execução penal mais duras, na maioria dos Estados, o tempo máximo para isolamento é de 15 dias.

Uma sanção maior que 30 dias para isolamento compromete a saúde física e mental do preso e inviabiliza o processo de reinserção social. Na prática, significará a possibilidade do sistema penitenciário agravar a pena imposta ao sentenciado permitindo que o administrador acentue o sofrimento já inerente à pena privativa de liberdade. Acaba com o direito à igualdade de tratamento entre os presos, assegurado tanto pelos diplomas de defesa dos direitos humanos nacionais como internacionais.

A medida que foi anunciada como uma grande saída para o crescimento da criminalidade somente demonstra o quanto o governo está perdido e não sabe por onde resolver a crise de insegurança do brasileiro. Cria a ilusão de que o problema reside no sistema penitenciário.

É notório que os problemas nos presídios são inúmeros. O maior deles é que a legislação é a todo momento desrespeitada. Em geral, os diretores e agentes são carrascos, torturadores e corruptos. Precisam de salários dignos, treinamento e capacitação constantes. E o governo em vez de contribuir para uma modernização do sistema penitenciário o retrocede aos tempos da barbárie e ausência dos direitos mais fundamentais da pessoa humana.

Brasília, 05/02/2002

Dep. Nelson Pellegrino

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Abusos na prisão dos sem-terra na fazenda de FHC

Manifestamos nossa inconformidade diante do modo como o Ministério da Justiça conduziu a retirada de trabalhadores ligados ao MST da fazenda da família do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis-MG, na manhã de 24 de março de 2002.

Em diálogo que mantive com o ministro da Justiça na noite da véspera, Aloysio Nunes Ferreira me assegurou que seria respeitada a negociação mediada pelo Ouvidor Agrário e que não haveria excessos na ação policial.

Aconteceu o contrário. Segundo informações da imprensa, a Polícia Federal, depois de enganar os líderes do movimento, isolando-os dos demais, deteve 16 deles, empregando força desnecessária, de modo a humilhá-los. Muito diferente das detenções de autores de delito que são políticos, juízes e banqueiros. Essa diferença de tratamento, além do abuso que representa, configura também discriminação social.

O descumprimento, pelo governo federal, da negociação realizada pelo Ouvidor Agrário Nacional, Dr. Gersino José da Silva, desautorizou o único mediador de conflitos agrários dotado de alta credibilidade no governo federal. Assim o governo apostou no confronto e no uso da violência, em lugar da negociação e da implementação de programas sociais capazes de dar respostas ao drama de milhões de cidadãos sem terra e sem emprego no Brasil.

Expressamos, nesta ocasião, nosso reconhecimento pelos serviços prestados pelo Ouvidor Agrário Nacional ao País, em favor da paz e da solução negociada de problemas sociais. E reafirmamos, da parte desta Comissão, nosso compromisso com a resolução negociada dos conflitos sociais.

Brasília, 25 de março de 2002
Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Direitos humanos para palestinos e israelenses

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados expressa seu veemente protesto contra as violações da IV Convenção de Genebra e de outros instrumentos de proteção dos direitos humanos que vêm sendo praticadas pelo Estado de Israel contra civis palestinos.

Ao impedir o socorro a feridos, inviabilizar o funcionamento de hospitais, impedir a procura e o sepultamento de mortos, as forças de segurança de Israel infringem o artigo 16 da IV Convenção de Genebra e outros dispositivos internacionais de proteção dos direitos humanos. Reiteramos a importância do artigo 27 da IV Convenção de Genebra, que estabelece o respeito devido aos mortos e o direito de as famílias sepultarem seus entes queridos.

Também condenamos os ataques terroristas perpetrados por palestinos contra israelenses, que alimentam o conflito e o ódio entre povos irmãos.

Direitos humanos são universais e indivisíveis, e constituem o mais precioso patrimônio da humanidade. Por isso sua violação em massa, como está ocorrendo nos territórios palestinos ocupados, afrontam a comunidade internacional e atingem a consciência de toda a humanidade.

Mais do que deplorar essas violações, a Comissão de Direitos Humanos aprovou em sua reunião ordinária realizada ontem o envio de uma missão parlamentar a Israel e Palestina para solidarizar-se com as vítimas e reforçar o apelo à paz, já formulado aos embaixadores do Estado de Israel e da Autoridade Nacional Palestina no Brasil.

Considerando a relativa força política do nosso país no cenário internacional; o papel histórico desempenhado pelo Brasil na criação do Estado de Israel; a neutralidade do país frente ao conflito; as condições morais de que dispomos em razão do incentivo brasileiro à harmonia existente entre as colônias judaica e palestina no Brasil; conclamamos o Presidente da República e o Ministério das Relações Exteriores a desempenhar um papel ativo nas negociações em favor da Paz!

Brasília, 04 de abril de 2002
Deputado ORLANDO FANTAZZINI (PT-SP)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Protesto contra prisão de brasileiro por Israel em território palestino

Voltamos a nos manifestar face às violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado de Israel em territórios palestinos ocupados, desta vez para protestar contra a prisão do cidadão brasileiro Mário Lill, ocorrida hoje pela manhã, ao sair das instalações da Autoridade Palestina, em Ramalah, onde se encontrava para prestar solidariedade ao líder Yasser Arafat e ao povo palestino, em nome do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Cabe de início lembrar que Mário Lill não é autor de crime, sendo portanto arbitrária sua prisão, assim como a dos demais militantes de organizações internacionais que lá se encontravam. A detenção é também inaceitável por ter sido feita por forças de Israel em território palestino.

Defendemos que a comunidade internacional reaja com vigor contra a criminalização de atos em favor da paz e da solidariedade a vítimas de agressão e genocídio. Ao governo brasileiro requeremos maior empenho na defesa dos nacionais vítimas do arbítrio onde quer que ele ocorra.

Voltamos a exortar o governo a fazer valer no cenário internacional o poder específico e a legitimidade moral do Brasil em defesa da paz, contra as agressões do Estado de Israel contra o povo palestino e os atentados terroristas cometidos por palestinos contra civis israelenses.

Brasília, 22 de abril de 2002
Deputado ORLANDO FANTAZZINI
Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Situação dos povos indígenas requer ações urgentes do poder público

Mais um episódio expôs de forma dramática a exclusão dos povos indígenas no Brasil. A imprensa noticiou na semana passada que crianças índias estão sendo vendidas no Mato Grosso do Sul, em razão da absoluta falta de recursos de suas famílias, da etnia Guarani Kaiowá. Esse mesmo povo tem convivido com o suicídio em massa de seus jovens, a fome e a desnutrição permanente. Os Guarani Kaiowá estão perdendo, junto com suas terras tradicionais, as esperanças no futuro, no Estado e nas leis.

Tal situação requer ações articuladas por parte da FUNAI, da Justiça, Ministério Público Federal, Conselhos Tutelares e Juizados de Infância e Adolescência, cada qual no âmbito de suas responsabilidades. A agilidade na efetiva demarcação das terras dos Guarani Kaiowá, entre outras políticas públicas, são indispensáveis para criar condições ao exercício de direitos fundamentais, como à alimentação. Do contrário, o Estado poderá ser responsabilizado e sofrer sanções pelas cortes internacionais de direitos humanos.

Outro fato emblemático ilustrou a relação desrespeitosa do Estado brasileiro para com os povos indígenas. O Exército brasileiro inaugurou, no dia 2 de maio, o 6º Pelotão Especial de Fronteira na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ignorando ação judicial interposta pelas comunidades indígenas, ainda em julgamento, além de apelos formulados por entidades ligadas aos interesses dos povos indígenas, organizações de direitos humanos e por milhares de cidadãos de todo o mundo, que fizeram uma campanha de envio de pedidos nesse sentido às autoridades públicas do Brasil. O próprio ato de inauguração – marcado pela exibição de força militar diante dos índios – foi considerado pelo Conselho Indígena de Roraima ofensivo às lideranças indígenas.

Cabe lembrar que tanto as lideranças indígenas quanto as organizações que apóiam esses povos irmãos, entre as quais se inclui esta Comissão de Direitos Humanos, não se opõem à construção de instalações militares ou operações militares visando a segurança na região fronteiriça. O que repudiamos, isso sim, é o desprezo que o Exército demonstrou pelos povos indígenas, não consultando-os nem com eles negociando soluções que conciliem o interesse do Exército com os dessas comunidades, fortemente atingidas pela presença militar em suas terras.

Brasília, 06 de maio de 2002
Deputado ORLANDO FANTAZZINI
Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Traição aos direitos humanos

A decisão do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, de arquivar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo representou uma traição à política de Estado de direitos humanos do Brasil e ao próprio Estado de Direito Democrático.

O pedido de intervenção foi aprovado por unanimidade no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), com a participação do mesmo procurador-geral, que, inclusive, definiu junto com o ministro Miguel Reale Júnior os termos da declaração conjunta pedindo a intervenção.

Essa total mudança de posicionamento de Geraldo Brindeiro após reunião com o presidente da República indica que ele foi pressionado por Fernando Henrique Cardoso nesse sentido.

Como membro do CDDPH e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, manifesto minha solidariedade ao ministro Miguel Reale Júnior, pela postura ética que adotou, a única, aliás, de que se poderia esperar de uma autoridade pública realmente comprometida com os direitos humanos e os valores democráticos.

O pedido de intervenção foi fundamentado por um vasto conjunto de fatos relevantes que comprovam a influência determinante do crime organizado em instituições públicas do Estado do Espírito Santo. Esse vergonhoso recuo aumentará os riscos de vida para todos os que vem contribuindo com a Justiça e o combate ao crime organizado no Estado. E as autoridades responsáveis por tal decisão passam a ser moralmente responsáveis pelo que vier a acontecer com os capixabas que tiveram a coragem de denunciar os criminosos infiltrados no Estado.

Em conjunto com entidades da sociedade civil e o movimento social em direitos humanos, continuaremos propugnando pela validade da decisão do

CDDPH. Para isso, teremos uma reunião nesta quinta-feira (11/07/02), na Comissão de Direitos Humanos, para definirmos os próximos passos nesse sentido.

Esse fato gravíssimo vem se somar a dois outros também tendentes a garantir a impunidade. O primeiro foi a decisão absolutamente equivocada do presidente da Câmara dos Deputados de "anular" a decisão do Conselho de Ética da Casa, de propor a cassação do mandato do deputado José Aleksandro, por quebra de decoro parlamentar, ao envolver-se com o crime organizado no Acre.

O segundo fato foi a aprovação praticamente clandestina pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de um projeto - que analistas sabem que é originário do Palácio do Planalto - garantindo foro privilegiado a autoridades mesmo depois de deixarem os cargos. Esses três fatos evidenciam uma ação estratégica do governo federal de assegurar a impunidade de pessoas ligadas ao poder constituído, reforça o descrédito nas instituições democráticas, encoraja o crime organizado e afronta os direitos humanos.

São Paulo, 09 de julho de 2002
Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos

DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA CDH NO ANO 2002 PERÍODO 15/02/02 A 15/02/03

Um dos principais campos de atividades da Comissão de Direitos Humanos é o recebimento e processamento de denúncias que chegam por diferentes meios de todo o país e por vezes do exterior.

Usando das atribuições da CDH, as denúncias são checadas e são requeridas providências e soluções às instituições e autoridades responsáveis por

cada caso. Para se ter uma idéia da natureza dos problemas denunciados, veja o quadro a seguir, como o registro das denúncias recebidas e encaminhadas pela CDH durante o ano 2002.

VIOLÊNCIA URBANA

CHACINAS	02	
TORTURAS	18	
ASSASSINATOS	15	
DESAPARECIDOS	04	
ANISTIADOS POLÍTICOS		01
ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES	02	
PRESOS E PRISÕES	78	
ATENTADOS	01	
ARBITRARIEDADES POLICIAIS		17
CRIME ORGANIZADO	03	
PRESOS POLÍTICOS	01	
PRESOS NOS EXTERIOR	03	
AMEAÇAS	07	
AMEAÇAS DE MORTE	07	
NEGLIGÊNCIA MÉDICA	01	
DEMISSÕES	03	
NARCOTRÁFICO	01	
AGRESSÕES	06	
VIOLÊNCIA EM MANIFESTAÇÕES	02	
ARBITRARIEDADES MILITARES	11	
MAUS TRATOS	01	
PROTEÇÃO A TESTEMUNHA	02	
OCUPAÇÕES	02	
VIOLÊNCIA POLÍTICA	06	
TOTAL:	194	

VIOLÊNCIA NO CAMPO

ASSASSINATOS	04	
ARBITRARIEDADES POLICIAIS		03
AMEAÇAS	01	
TRABALHO ESCRAVO	04	
ÁREAS EM LITÍGIO	01	
ASSENTAMENTOS	04	
AGRESSÕES	01	
CONFLITOS AGRÁRIOS	05	
TOTAL:	23	

DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E MINORIAS

DISCRIMINAÇÃO E RACISMO	07
NEGROS	01
HOMOSSEXUAIS	03
DEFICIENTE	01
ÍNDIOS	08
TOTAL:	20

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRABALHO INFANTIL	02	
PROSTITUIÇÃO INFANTIL	02	
TRÁFICO DE ÓRGÃOS	01	
ASSASSINATO	02	
INFRATORES	03	
VIOLÊNCIA SEXUAL	02	
DESAPARECIMENTOS	01	
ADOÇÕES	01	
PENDÊNCIAS JUDICIAIS		02
AGRESSÕES	01	
SOLICITAÇÃO DE INTERVENÇÃO	02	
MAUS TRATOS	02	
ARBITRARIIDADES JUDICIAIS		01
NEGLIGÊNCIA MÉDICA	01	
TOTAL:	23	

DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

CONSTRANGIMENTO	02	
PENDÊNCIAS JUDICIAIS		03
PROCESSOS DE EXTRADIÇÃO	01	
MANIFESTAÇÕES DE INCONFORMISMO	03	
SOLICITAÇÃO DE INTERVENÇÃO	07	
ARBITRARIIDADES JUDICIAIS		08
ARBITRARIIDADES ADMINISTRATIVAS	05	
BRASILEIROS NO EXTERIOR	06	
IRREGULARIDADES FINANCEIRAS	01	
REIVINDICAÇÕES DIVERSAS	26	
IRREGULARIDADES TRABALHISTAS	01	
D.H E SAÚDE PÚBLICA	03	
REFUGIADOS	01	
D.H E SINDICATOS	02	
D.H E MEIO AMBIENTE	01	
TOTAL:	70	

TOTAL GERAL : 330

CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL 07

ALGUNS CASOS ACOMPANHADOS PELA CDH

Comissão estranha portaria e pede mais informações sobre tortura

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tendo em vista portaria expedida pelo Dr. Antonio Garcia de Freitas, Delegado Regional e Corregedor de Polícia, pela qual reconduz o delegado Odair Neri de Carvalho à direção da 13ª Delegacia e mantém o detetive José Maria Vaz Moreira “afastado”, mas “exercendo funções burocráticas”, informa o seguinte:

1. A Comissão realizou audiência pública em Patrocínio em 12 de março p.p., quando vítimas e familiares denunciaram a ação brutal e ilegal de detetives e delegados da cidade. Desde então, a Comissão permanece acompanhando os desdobramentos das denúncias, no âmbito de suas atribuições constitucionais.
2. Surpreendeu-nos a referida decisão do Delegado Regional, tendo em vista a consistência das numerosas denúncias; a ausência de informações oficiais sobre as razões que justificam a portaria (nela o delegado refere-se apenas a um “afioramento de fatos em torno das questões em apuração”); a existência de informações na comunidade de que nenhum dos denunciantes dos crimes de tortura foi ouvido no procedimento apuratório; e o risco para os denunciantes o fato de os acusados, investidos de autoridade policial e fortalecidos pela impunidade, virem a perpetrar novas violações de direitos humanos.
3. Consideramos insatisfatórias as informações fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública e Corregedoria-Geral de Polícia sobre as investigações a respeito das dez denúncias apresentadas, sendo algumas objeto de processos instaurados pelo Ministério Público.
4. Para assegurar a devida transparência das investigações e a segurança dos denunciantes, esta Comissão oficiou ao Secretário Estadual de Segurança Pública, à Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, ao Programa Federal de Proteção à Testemunha, à Procuradoria-Geral de Justiça e Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais. A todos solicitamos informações e providências urgentes no âmbito de suas respectivas responsabilidades.
5. As referidas denúncias de tortura e as providências tomadas serão levadas ao conhecimento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em sua próxima reunião plenária, em meados de abril, no Ministério da Justiça.
6. Esta Comissão continuará no caso, por meio de ações que a Constituição e a legislação nos impõem na defesa dos direitos e da dignidade humana.

Brasília, 25 de março de 2002

A CDH apela às Autoridades da Nigéria pela vida da Sra. Safiya Huseini

Apelamos às autoridades máximas da República da Nigéria pedindo clemência para a Sra. SAFIYA HUSEINI, condenada a morte e que será julgada pela segunda vez por ter sido vítima de estupro e engravidado.

Consideramos que a Sra. Safiya, sentenciada a morrer por apedrejamento, é uma vítima da intolerância. Embora cultivemos respeito às culturas de todos os países, consideramos que a vida humana é valor supremo, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, entre outros instrumentos internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos.

Somamos-nos à oferta já formulada pelo Presidente da República do Brasil, Sr. Fernando Henrique Cardoso, em oferecer acolhimento à Sra. Safiya em nosso país, caso essa alternativa seja aprovada pela Justiça da Nigéria. Acreditamos que as relações entre os povos e os Estados da Nigéria e do Brasil serão estreitadas caso o apelo brasileiro e nossa oferta de asilo forem aceitos. Em nome da vida e dos direitos humanos, salvem Safiya Huseini!

CDH e o Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos manifestam às representações diplomáticas no Brasil apelo em favor da Paz entre Palestinos e Israelenses - Brasília, 19 de março de 2002

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em conjunto com o Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, manifestou às representações diplomáticas no Brasil, especialmente às Embaixadas de Israel e da Autoridade Palestina seu apelo em favor de negociações capazes de superar a guerra instalada nos territórios palestinos ocupados e em cidades de Israel.

Movidos pela responsabilidade de atuar em favor da vida e dos direitos humanos onde quer que eles estejam ameaçados, nossas organizações se juntam neste apelo às autoridades dos povos israelense e palestino, assim como às dos países que têm capacidade de influir no conflito, no sentido de estabelecer a paz agora. Também nos move a compaixão humanista de ver pela televisão diariamente o ódio destruir dezenas de vidas, diariamente.

Defendemos o estabelecimento imediato de um diálogo construtivo que supere essa barbárie. Defendemos as iniciativas de paz que sensibilizem as partes em conflito, como a proposta apresentada pela Arábia Saudita. Defendemos que o Brasil, sendo um país com peso político relevante e isenção no conflito, tome iniciativas em favor da paz.

Entidades de direitos humanos pedem reconsideração do presidente sobre intervenção no Espírito Santo - 11/07/02

Representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil e Fórum Reaja Espírito Santo decidiram em reunião do dia 11 de julho no

Congresso Nacional uma série de providências realizadas à decisão do procurador-geral da República de não encaminhar o pedido de intervenção federal no Estado do Espírito Santo.

As decisões da reunião foram as seguintes:

Encaminhamento de ofício ao procurador-geral da República apelando para que ele reconsidere sua decisão de arquivar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

Encaminhamento de ofício semelhante ao presidente da República. Foi agendada audiência com o presidente da República para o presidente da CDH e oito representantes de entidades de direitos humanos.

Solicitar à relatora da ONU para o tema execuções sumárias, Asma Jahringer, que antecipe sua viagem ao Brasil, prevista para o próximo semestre, tendo em vista a grave situação no Espírito Santo.

Solicitar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizar urgente uma sessão extraordinária em Vitória-ES

Solicitar ao relator sobre o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, que no momento prepara relatório sobre o Brasil, a inclusão da informação de que o Conselho sobre o Direito à Alimentação não será constituído, em protesto contra a decisão de arquivar o pedido feito por outro conselho, o CDDPH.

Solicitar ao ministro da Justiça que, com base na Lei 10.144, que empregue a Polícia Federal na investigação sobre os casos no Espírito Santo em que há participação do crime organizado e onde há ameaças a defensores de direitos humanos.

A CDH E O ORÇAMENTO DA UNIÃO

CDH DEBATE COM SOCIEDADE SUAS EMENDAS

AO ORÇAMENTO DA UNIÃO

A Comissão de Direitos Humanos deu continuidade, em 2002, ao aperfeiçoamento da escolha das cinco emendas a que tem direito a apresentar cada uma das comissões permanentes do Congresso Nacional. Mais do que isso, a CDH articulou-se com organizações da sociedade civil no sentido de participar mais ativamente na fiscalização da execução do Orçamento da União.

O presidente da Comissão, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), explicou que as propostas debatidas pela CDH foram apresentadas por ONGs, movimentos sociais e órgãos públicos responsáveis pela execução de políticas públicas em diversas áreas de direitos humanos.

Ao avaliar as propostas apresentadas ao Orçamento da União para 2003, Orlando Fantazzini afirmou que “as emendas que oferecemos são importantes para a maioria da população, pois destinam recursos para políticas públicas em áreas vitais para garantir direitos de grandes grupos sociais”.

**QUADRO DAS EMENDAS APRESENTADAS PELA CDH
AO ORÇAMENTO DA UNIÃO DE 2003**

PROGRAMAS/AÇÕES	VALOR CONSTANTE NO ORÇAMENTO 2003	VALOR PROPOSTO PELA CDH
1. Programa: Direitos Humanos, Direitos de Todos Ação: Apoio à implantação de serviços de promoção e defesa dos direitos humanos e de combate a todas as formas de discriminação	R\$ 1.200.000,00	7.000.000,00
2. Programa: Defesa dos direitos da criança e do adolescente Ação: Manutenção de unidades de defesa dos direitos da criança e do Adolescente	567.200,00	80.000.000,00
3. Programa: Atenção à pessoa portadora de deficiência Ação: Apoio a Organizações Não-Governamentais que desenvolvam trabalho protegido para pessoas portadoras de deficiência	200.000,00	6.500.000,00
4. Programa: Cultura Afro-Brasileira Ação: Reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos	2.013.928,00	6.000.000,00
5. Programa: Assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas Ação: Implantação de centros de apoio a vítimas de crimes	800.000,00	7.000.000,00

No exercício de 2002, a exemplo dos anos anteriores, a Comissão de Direitos Humanos buscou subsídios junto às entidades ligadas a direitos humanos para identificação de demandas com vistas à definição de prioridades a serem contempladas com emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2003. Entre as indicações, destacam-se as ações: Apoio à Organizações Não-Governamentais que Desenvolvam Trabalho Protegido para Pessoas Portadoras de Deficiência - MJ e Apoio à implantação de serviços de promoção e defesa dos direitos humanos e de combate a todas as formas de discriminação.

ATUAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do Orçamento da União, fixando metas e prioridades que terão precedência no recebimento de

dotações. As ações previstas na LDO têm precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2003 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Após constatar que o Poder Executivo não priorizara alguns programas e ações na área social relevantes para os direitos humanos, o presidente da CDH, Deputado Orlando Fantazzini, usando de sua prerrogativa como parlamentar, ofereceu dez emendas de sua autoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2003, tendo sido todas aprovadas. Veja no quadro as emendas apresentadas.

QUADRO DEMONSTRATIVOS DAS EMENDAS DO DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI À LDO/2002

PROGRAMAS/AÇÕES	SITUAÇÃO JUNTO A COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
Programa: Direitos Humanos, Direitos de Todos Ação: Implantação da rede nacional de informação e combate à tortura ...	APROVADA
Programa: Combate à violência contra a mulher Ação: Apoio à implantação de abrigos para mulheres em situação de risco.....	APROVADA
Programa: Eradicação do trabalho escravizador e degradante Ação: Fiscalização para erradicação do trabalho escravizador e degradante	APROVADA
Programa: Combate ao abuso e à exploração Sexual de crianças e adolescentes Ação: Rede nacional de informações para prevenção e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	APROVADA
Programa: Defesa dos direitos da criança e do adolescente Ação: Criação de delegacias estaduais especializadas em investigação de crimes praticados contra crianças e adolescente.....	APROVADA
Ação: Campanha educativa sobre o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes	APROVADA
Ação: Criação de defensorias públicas especializadas em crianças e adolescentes nos estados e no Distrito Federal	APROVADA
Ação: Manutenção de unidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente	APROVADA
Ação: Implantação do sistema integrado de informações para infância e adolescência-SIPIA	APROVADA
Ação: Implantação de rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos	APROVADA

DEMONSTRATIVOS DE EVENTOS REALIZADOS

DATA	TÍTULO/TEMA	CONVIDADOS
10/04/02	Audiência Pública - "Situação das comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas".	Sr. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - Representante do Movimento de Atingidos por Barragens-MAB; Sr. PAULO PEREIRA FERNANDES - Representante do Movimento de Atingidos por Barragens-MAB; Sra. ANDRESSA CALDAS - Coordenadora do Centro de Justiça Global e Sr. RICARDO LUIZ MONTAGNED - Representante do Movimento de Atingidos por Barragens-MAB
16/04/02	Audiência Pública, conjunto com a Comissão de Segurança Social e Família para "Discutir a epidemia de dengue no país"	DR. OTALIBA LIBÂNIO DE MORAIS NETO - Diretor do CONASEMS - Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde; DR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Presidente da Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças APEC (ex-FUNASA) e DR. FERNANDO PASSOS CUPERTINO DE BARROS - Presidente do CONASS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde.
17/04/02	Audiência Pública - "Debater as demissões de deficientes físicos na ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.	DR. ROBERVAL BORGES CORREIA - Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT; DR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA DA SILVA - Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; DRA. MARIA APARECIDA GUGEL - Subprocuradora-Geral do Trabalho, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência-CONADE; DRA. NIUSARETE MARGARIDA CAMPOS - Coordenadora Substituta da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE do Ministério da Justiça; Sr. ARIOVALDO ALVES FIGUEIREDO - Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Sr. SÉRGIO LUIZ CHAUTARD FILHO - Representante da Associação dos Deficientes Físicos do Estado do Paraná; Sra. MARICLEI MENDES - Assistente Social da Associação dos Deficientes Físicos do Estado do Paraná; Sra. MARIA DOLISKI - Funcionária demitida da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

DATA	TÍTULO/TEMA	CONVIDADOS
24/04/02	Audiência Pública sobre o "SISTEMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA"	SRA. NILDA TURRA - Coordenadora Nacional do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Ministério da Justiça; SRA. LUDMILA FERES FARIAS - Coordenadora do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência de Minas Gerais; SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA - Coordenador Jurídico da Associação de Parentes de Amigos de Vítimas de Violência do Estado do Ceará; SRA LETÍCIA MASSULA - Representante do Centro de Referência e Apoio à Vítima-CRAVI do Estado de São Paulo e SRA. TÂNIA MARIA DA SILVEIRA - Coordenadora do Centro de Atendimento a Vítimas de Violência do Espírito Santo.
23/05/02	Seminário "Adoção: despertar para a cidadania"	Deputado João Matos , autor do requerimento e da Lei 10.447, que institui o Dia Nacional da Adoção; Dr. Luiz Carlos de Barros Figueiredo - Juiz da Infância e da Juventude de Recife/PE; Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira - Ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Paulo Sérgio Pereira dos Santos - Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção; Cecília Larroid Cardoso - Presidente do Grupo de Estudos e Apoio de Adoção de Florianópolis; Arlindo Giacomelli - Presidente da Associação Catarinense de Pais Adotivos (ACAPA); Fernando Freire - Psicólogo da Associação Brasileira Terra dos Homens - São Paulo e Sra. Lídia Dobrianskyj Weber - Doutora em Psicologia pela USP e professora da Universidade Federal do Paraná.

DATA	TÍTULO/TEMA	CONVIDADOS
07/08/02	Seminário "Quem financia a baixaria é contra a cidadania"	Paulo Miranda - representante da TV comunitária - e do Sindicato dos Jornalistas do DF; Iuri Dantas - representante da Folha de São Paulo; Iares Cortês - representante do CFEMEA; Pedro Lopes - representante do Instituto Atitude-BSB/DF; Hugo Mello - representante do Departamento de Direitos Humanos do MJ; representante da ABERT; Graziella Nunes - representante da ANDI; Melissa Navarro - representante do Grupo Estruturação de Brasília; Cláudia de Paula - representante da Rede de Direitos Humanos do Min. da Saúde; Romário Schettino - representante do Sindicato dos Jornalistas do DF; Maria do Amparo de Sousa - representante da Universidade Católica de Brasília; Beto Almeida - representante da TV SENADO; Simone Lima - Representante da ABRATEL e da TV RECORD; Lisandra Paraguassí - representante do GLOBO e ainda representantes da ANDES, CONIC e AGENDE.
28/08/02	Audiência Pública - "O massacre de Corumbiara e os novos conflitos agrários em Rondônia"	Desembargador Gercino José da Silva Filho - Ouvidor Agrário Nacional; Sra. Helena Angélica - Professora da USP; Sr. Raul Ribeiro Fonseca Filho - Advogado da CPT; Sra. Patrícia Ferreira - Representante do Centro pela Justiça e Direito Internacional-CEJIL; Sr. Ernande da Silva Segismundo - representante da Comissão Pastoral da Terra e Sr. Claudemir Gilberto Ramos - Sobrevivente do massacre de Corumbiara.

DATA	TÍTULO/TEMA	CONVIDADOS
05/11/02	Seminário: Atendimento e proteção às vítimas de violência em busca de uma política pública, em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça	Fauze Martins Chequer – Secretário de Estado de Direitos Humanos Adjunto; Professor Anderson Lima da Silveira – Diretor-Geral do Instituto Dom Fernando/Sociedade Goiana de Cultura; Prof ^a . Eva T. S. Faleiros – Coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do DF; Ludmilla Faria – Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos-NAVCV/MG; Tânia Silveira – Núcleo de Atendimento a Vítimas da Violência - CEAV-ES; Solange Bentes Jurema - Secretária de Estado dos Direitos da Mulher; Nilda Turra - Gerente do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - MJ; Denise Paiva - Diretora do Departamento da Criança e Adolescente do Ministério da Justiça; Caio Varela - Disque Cidadania Homossexual; Olmar Klich - SOS Tortura
13/11/02	Seminário de lançamento da campanha: “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”	D. Raymundo Damasceno de Assis – Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Dra. Elen Cristina Geraldes – Professora do Curso de Comunicação da Universidade da Católica de Brasília e Coordenadora de Projeto de Pesquisa Ética na Mídia; Dr. Sérgio Gadenghi Suïama – Procurador da República em São Paulo; Iradj Roberto Eghrari - Representante da Comunidade Bahá’i do Brasil; Paulo José Cunha – Representante do Centro de Produção de Cinema e Televisão da UnB; Beto Almeida – Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Sérgio Milleto – Coordenador da CIVES (Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania); Raquel Moreno – Presidente do Grupo TVer e da SBPM (Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado); Paulo Miranda – TV Comunitária do Distrito Federal; Paulo Machado de Carvalho Neto – Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); Roberto Wagner Monteiro – Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (ABRATEL); Vicente Adorno – Editor Internacional da TV Cultura

DATA	TÍTULO/TEMA	CONVIDADOS
27/11/02	Seminário: Preconceito e discriminação contra pessoas que vivem com HAIV e AIDS, em parceria com o Ministério da Saúde, UNESCO e UNAIDS	Deputado Fernando Gabeira; Sra. Alejandra Pascual - Prof. ^a da UNB; Sra. Ana Paula Prado - representante da Sociedade Civil/RNP+; Sr. ricardo balestreri, representante da rede nacional de educadores em direitos humanos; sr. sérgio de cássio souza nascimento, representante da sociedade civil - grupo atitude, ceilândia; sr. josé edinaldo - professor- CDDPH (mj).
28/11/02	I Seminário sobre defensores de direitos humanos no Brasil em parceria com a Justiça Global	Roberto Monte - Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Natal/RN; Andressa Caldas e Sandra Carvalho - Justiça Global; Lorena Moroni Barroso - Grupo Tortura Nunca Mais/RJ; Elmano Freitas - MST; Cláudio Luiz Beirão - CIMI; Pedro Luis Rocha - FPCV; Darci Frigo-MST/Curitiba; Karyna Sposato - ILANUD; Mary Caetana - Comunidade Bahá'í, dentre outros.

DATA	TÍTULO/TEMA	CONVIDADOS
10/12/02	Reunião Extraordinária de audiência pública - destinada a esclarecer denúncias do Ministério Público e imprensa, de ações ilegais e abusivas por parte de agentes públicos contra adolescentes sob custódia na Fundação Estadual do Bem-estar do Menor-FEBEM.	<ul style="list-style-type: none"> - Dr. Wilson Tafner - Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude de São Paulo; - Dr. Paulo Sérgio Pinheiro – Secretário de Estado de Direitos Humanos; - Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; - Dr. Hélio Bicudo – Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e do Centro Santo Dias de Direitos Humanos; - Sra. Luciana Temer – Secretária da Juventude do Estado de São Paulo; - Sra. Maria Conceição Paganelli – Diretora da Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes - AMAR; - Sra. Beatriz Affonso – Secretária Executiva da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; - Sr. Marcelo Nastari – Coordenador da Organização Olha o Menino de São Paulo; - Pe. Agostinho Duarte de Oliveira – Representante da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos; - Sr. Alexandre Schneider – Representante da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente - Sra. Liliana Tojo – Representante do Centro pela Justiça e Direito Internacional-CEJIL - Sr. Ariel de Castro Alves – Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo.

REQUERIMENTOS APROVADOS EM 2002

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
01/2002	Dep. Nelson Pellegrino e Dr. Rosinha	Requerimento nº 01/2002 - dos Srs. Nelson Pellegrino e Dr. Rosinha - que "requerem a convocação do Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. Barjas Negri, para prestar esclarecimentos sobre o avanço da epidemia de dengue em todo o país". APROVADO	prevista para o dia 20 de março
02/2002	Dep. Nelson Pellegrino e Milton Temer	Requerimento nº 02/2002 - dos Srs. Nelson Pellegrino e Milton Temer - que "requerem seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Dr. Geraldo Magela da Cruz Quintão, para debater, em audiência pública desta Comissão, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o relatório denominado 'Operação Planeta' elaborado por Procuradores do Ministério Público Militar em conjunto com oficiais do Exército". ADIADO A VOTAÇÃO	adiada a votação
03/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 03/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer a realização da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2002". APROVADO	realizada nos dias 15, 16 e 17 de maio
04/2002	Dep. Orlando Fantazzini, Nelson Pellegrino e Nilmário Miranda	Requerimento nº 04/2002 - dos Srs. Orlando Fantazzini, Nelson Pellegrino e Nilmário Miranda - que "requerem a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para avaliar os resultados da Campanha Nacional Contra a Tortura, coordenada pelo Ministério da Justiça". APROVADO	pendente de realização

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
05/2002	Dep. João Matos	Requerimento nº 05/2002 - do Sr. João Matos - que "requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, no próximo dia 23 de maio, com a finalidade de debater os problemas da adoção no país". APROVADO	realizada em 23/05
06/2002	Dep. Padre Roque	Requerimento nº 06/2002 - do Sr. Padre Roque - que "requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para debater as demissões de deficientes físicos na ECT - Empresa de Correios e Telégrafos". APROVADO	realizada em 17/04
07/2002	Dep. Orlando Fantazzini, Nelson Pellegrino E Paulo José Gouvea	Requerimento Nº 07/2002, dos Srs. Orlando Fantazzini, Nelson Pellegrino e Paulo José Gouvêa - que "requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tomar conhecimento das exigências de serviço militar obrigatório e das chances de acesso dos jovens impedidos por razões de consciência ao serviço civil voluntário". APROVADO	Pendente' de realização
08/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento Nº 08/2002, do Sr. Orlando Fantazzini, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, com a finalidade de debater "A Criação de uma política nacional de proteção a vítimas de violência". APROVADO	realizada em 24/04

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
09/2002	Dep. Dr. Rosinha	Requerimento nº 09/2002 - do Sr. Dr. Rosinha - que "requer o encaminhamento, pela Comissão de Direitos de Humanos, de apelo em favor da vida da cidadã nigeriana Safiya Huseini, condenada à morte por apedrejamento pela Sharia - a lei fundamentalista islâmica, na província de Sokoto, no norte da Nigéria. Seu delito: Ter uma filha fora do casamento, fruto de um estupro". APROVADO	Aprovado o encaminhamento de moção a autoridades competentes
10/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 10/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, com a finalidade de tratar sobre a situação das comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas". APROVADO	realizada em 10/04
11/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 11/2002, do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, a visita "in loco", de membros da Comissão de Direitos Humanos, ao Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro.	retirado de pauta
12/2002	Dep. Babá	Requerimento nº 12/2002 - do Sr. Babá - que "requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, com as presenças do Secretário de Defesa do Governo do Estado do Pará - Sr. Paulo Sette Câmara; representantes da Comissão Pastoral da Terra; do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI e o Ouvidor Agrário do Pará - Sr. Otávio Marcelino Maciel, para discutir o grave problemas que constitui a violência na luta pela posse da terra no Estado do Pará".	pendente de realização

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
13/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 13/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer, nos termos regimentais, a realização da VII Caravana Nacional de Direitos Humanos, com o tema "Exploração sexual de crianças e adolescente e o trabalho infantil".	Realizada no período de 19 a 23 de abril
14/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 14/2002 - dos Srs. Orlando Fantazzini e José Pimentel - que "requerem a realização de audiência na cidade de Fortaleza/CE, conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Ceará, com a finalidade de discutir as medidas implementadas pelas diretorias do Banco do Nordeste do Brasil S/A e da Caixa de Previdência dos Funcionários daquele Banco, que têm levado humilhação e desespero ao corpo funcional da instituição, inclusive provocando a morte de mais de cento e noventa aposentados pensionistas".	realizada em 03 de maio
15/2002	Dep. Orlando Fantzzini	Requerimento nº 15/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para o lançamento da segunda edição em português do livro Protocolo Facultativo - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - Memórias do Seminário e da Audiência Pública sobre o Protocolo Facultativo".	pendente realização
16/2002	Dep. Givaldo Carimbão	Requerimento nº 16/2002 - do Sr. Givaldo Carimbão - que "requer a realização de audiência pública para debater quais os benefícios que a pesquisa científica baseada na clonagem humana pode trazer e os seus malefícios".	pendente de realização

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
17/2002	Dep. Babá e Adão Preto	Requerimento nº 17/2002 - dos Srs. Babá e Adão Preto - que requerem seja convidado o Sr. Mário Lill, representante do MST, para informar a esta Comissão acerca da situação e as condições do complexo presidencial onde está preso o líder palestino Iasser Arafat, confinado pelas tropas israelenses, local onde o Sr. Mário Lill esteve durante mais de 20 dias, assim como da situação humanitária do território palestino.	pendente
17/2002	Dep. Nelson Pellegrino	Requerimento nº 18/2002 - do Sr. Nelson Pellegrino - que requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, para discutir a situação relativa a denúncias de atos arbitrários, ilegais e antidemocráticos praticados pelo Comando do 12º Batalhão de Polícia Militar do Estado da Bahia.	pendente

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
19/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 19/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para tratar sobre o empoderamento das mulheres e dos Afro-descendentes na Administração Pública Federal. Essa ação busca estabelecer estratégias político-jurídicas para implementar a CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e a Plataforma de Ação da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, garantindo assim, o desenvolvimento e promoção das mulheres e dos afro-descendentes, como fim de estabelecer uma base de igualdade.	pendente
20/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 20/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, a realização do seminário "Proteção e atendimento às vítimas da violência: paradigmas nacionais e internacionais" pela Comissão de Direitos Humanos em parceria com a Secretaria de Estados dos Direitos Humanos e apoio das embaixadas do Reino Unido, Estados Unidos e Portugal.	prevista para agosto ou setembro
21/2002	Dep. Luiz Alberto	Requerimento nº 21/2002 - do Sr. Luiz Alberto - que requer a realização de Audiência Pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para debater o aumento do índice de violência policial na RMS, em especial na região do Pólo Petroquímico de Camaçari.	pendente

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
22/2002	Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh, Vanessa Grazzioton e Paulo Baltazar	Requerimento nº 22/2002 - dos Srs. Luiz Eduardo Greenhalgh, Vanessa Grazziotin e Paulo Baltazar - que requerem a investigação de denúncias de trabalho escravo no município de Barcelos, estado do Amazonas.	pendente
23/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 23/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini, que requer a realização de gestões nos Estados de Roraima, Amazonas e Rondônia, no sentido de investigar e propor ações do poder público para coibir o tráfico e exploração sexual de adolescentes brasileiras	realizada nos dias 26, 27 e 28 de junho/02
24/2002	Dep. Luiz Alberto e Jaques Wagner	Requerimento nº 24/2002 - dos Srs. Luiz Alberto e Jaques Wagner - que "requerem a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para debater as consequências ao patrimônio sócio cultural e humanístico em ocorrência da expropriação de imóveis e remanejamento dos moradores do Centro Histórico da Cidade de Salvador/BA".	Pendente
25/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 25/2002 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer, nos termos regimentais, realização de seminário da Comissão de Direitos Humanos para debater a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", destinada a promover o respeito aos direitos humanos e à dignidade do cidadão por todos os programas de televisão".	Realizada em 07 de agosto

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
26/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 26/02 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para ouvir depoimento do Dr. Hélio Bicudo, Vice-Prefeito de São Paulo e Ex-Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sobre as circunstâncias em que ocorreram as mortes de 12 pessoas em rodovia próxima a Sorocaba-SP, em 5 de março último".	Pendente
27/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 27/02 - do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, com a finalidade de ouvir sindicalistas ameaçados de morte, em razão de denúncias formuladas perante autoridades, relativas à apropriação indébita e falsidade ideológica em movimentações bancárias de entidades sindicais.	Pendente
28/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 28/02 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Associação dos Magistrados, Ministério público e entidades não-governamentais, de Seminário sobre o tema "corrupção pública e Direitos Humanos".	Pendente

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
29/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 29/02 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer, nos termos regimentais, a realização de seminário sobre "A Convenção dos Direitos da Criança e os 10 anos do ECA" a ser realizado em outubro do corrente ano na Câmara dos Deputados promovido pela Comissão de Direitos Humanos em conjunto com o Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e entidades civis dos direitos humanos".	Pendente
30/2002	Dep. Nelson Pellegrino	Requerimento nº 30/02 – do Sr. Nelson Pellegrino - que “requer a realização de Seminário, pela Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a UNESCO, UNAIDS e a Coordenação Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, para debater o tema “preconceito e Discriminação contra as Pessoas com HIV/Aids”.	Realizado em 27 de novembro
31/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 31 – do Sr. Orlando Fantazzini – que Requer, nos termos regimentais, a realização do Seminário de Lançamento da campanha: "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", que tem por objetivo valorizar os direitos humanos diante dos freqüentes abusos cometidos por programas de televisão. O evento acontecerá no dia 13 de novembro de 2002 , às 9 horas , no Auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados.	Realizado em 13 de novembro

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
32/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 32/02 - do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, a realização, no próximo dia 11 de dezembro, pela Comissão de Direitos Humanos, do VIII Encontro Nacional do Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos , com a participação das Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais.	pendente
33/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 33/02 – do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, realização de seminário, pela Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Justiça Global, sobre ameaças e violação aos direitos dos defensores de Direitos Humanos, com a finalidade de discutir a elaboração de mecanismos de proteção à integridade dos agentes que atuam em instituições de Direitos Humanos.	Realizado em 28 de novembro
34/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 34/2002 – do Sr. Orlando Fantazzini – que Requer, nos termos regimentais, a formação de uma Subcomissão Especial da Comissão de Direitos Humanos, para realizar reuniões conjuntas com autoridades do Estado do Espírito Santo, em Vitória, para tomar conhecimento e sugerir providências emergenciais no sentido de coibir a situação de violência e desrespeito em massa aos direitos humanos.	Realizada em 21 de novembro

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA	SITUAÇÃO
35/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 35/02 - do Sr. Orlando Fantazzini - que "requer, nos termos regimentais, a participação da Comissão de Direitos Humanos no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, de 23 a 28 de janeiro de 2003, como responsável por uma oficina sobre a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania".	Participaram o Deputado Orlando Fantazzini, Márcio Marques e Mateus
36/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 36/2002 – do Sr. Orlando Fantazzini – que “requer a realização da VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS em 2003, em data a ser definida”.	pendente
37/2002	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 37/2002 – do Sr. Orlando Fantazzini – que “requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, destinada a esclarecer denúncias do Ministério Público e imprensa, de ações ilegais e abusivas por parte de agentes públicos contra adolescentes sob custódia na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM”.	Realizada em 10 de dezembro

CAMPANHA

Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania - Campanha pela valorização dos direitos humanos na televisão

CDH Inicia Debate da Proposta Contra Violação dos Direitos Humanos na Televisão

Em seminário realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDH) no dia **7 de agosto de 2002** representantes de organizações da sociedade civil e representativas de profissionais da área de comunicação social decidiram participar do lançamento de campanha para denunciar as empresas patrocinadoras de programas de TV que desrespeitam sistematicamente os direitos humanos e a dignidade do cidadão.

Uma coordenação provisória foi formada para implementar, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, as ações que antecederão o lançamento oficial da campanha. A coordenação é integrada pelo presidente da CDH, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), o Padre Ernanne Pinheiro (CNBB), Hugo Mello (diretor do Departamento de Direitos Humanos do Ministério da Justiça), Beto Almeida (diretor do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal), Maria do Amparo de Sousa (Departamento de Comunicação da Universidade Católica), Caio Varela (Coordenador do Instituto Atitude), Melissa Navarro (Grupo Estruturação), Paulo Miranda (TV Comunitário de Brasília), Romário Schettino (vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF), Dioclécio Luz, (Rede Brasil de Comunicação Cidadã) e Márcio Araújo (secretário da CDH).

Foi consensual no encontro a avaliação de que a TV, como veículo de comunicação que atinge a grande maioria do povo brasileiro, tem se prestado a violações diárias dos direitos humanos e da dignidade do cidadão, diante da omissão das autoridades públicas. "Por isso estamos criando essa campanha", justificou o deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que pretende atuar em conjunto com organizações da sociedade civil, inclusive os institutos que verificam a responsabilidade social das empresas.

O nome da campanha, "quem financia a baixaria é contra a cidadania", indica a estratégia de responsabilizar os anunciantes pelas violações cometidas, "porque os apelos aos produtores desses programas têm sido em vão", justificou o presidente da CDH, lembrando que o ex-ministro da Justiça, José Gregori, teve seu pedido às emissoras de TV para elaborarem um código de ética recebido com indiferença.

O deputado Marcos Rolim (PT-RS), informou que depois de pesquisar a legislação dos Estados Unidos e dos países europeus, verificou que todos dispõem de instrumentos para coibir os abusos na televisão. "O Brasil talvez seja o único país

que não utiliza instrumentos limitadores, embora a Constituição tenha definido esses limites", afirmou.

Os participantes da reunião promovida pela CDH convergiram no entendimento de que a campanha não se confunde com censura. "Trata-se do exercício de um direito da cidadania, que terá como referenciais exclusivos instrumentos jurídicos como convenções internacionais assinadas pelo Brasil, a nossa Constituição e a legislação vigente", garantiu o presidente da Comissão. Foi lembrado que os oligopólios que controlam a maioria dos meios de comunicação constituem hoje o principal fator de ameaça à liberdade de expressão, pois cerceiam a manifestação e informação sobre movimentos sociais e setores da população como a mulher, o negro, indígena, entre outros.

Veja anexado o texto apresentado no debate pelo presidente da CDH com uma definição preliminar da campanha. A coordenação da campanha receberá sugestões e propostas ao texto, que serão submetidas à discussão no próximo debate.

Convidados Participantes do Seminário:

- Joedson Alves da Silva - Sindicato dos Jornalistas do DF;
- Paulo Miranda - Sindicato dos Jornalistas do DF;
- Beto Almeida - Sindicato dos Jornalistas do DF;
- Deputado Emerson Kapaz;
- Sra. Beth Costa, da FENAJ;
- Dra. Stella Cruz - Assessora Parlamentar da ABERT;
- Sra. Graziela Nunes, da ANDI
- Representante da ABRATEL;
- Representante da UNICEF;
- Representante do Conselho de Comunicação Social;
- Representante da Universidade Católica;
- Representantes de outras entidades

carta aos candidatos à presidência da república

Senhor candidato,

Indignados com a aviltante e degradante programação dos meios de comunicação, em especial a televisão, comparecemos à V. presença, como o faremos com todos os demais candidatos, para manifestar nossa esperança em contar com sua contribuição para que a campanha presidencial seja palco de debates para a busca de mecanismos democráticos capazes de sustar este processo de rebaixamento da mídia a funções anti-civilizatórias e para se encontrar os meios para sua adequada sintonia com os dispositivos constitucionais para a Comunicação Social.

Representamos um conjunto de entidades não-governamentais de diferentes funções e objetivos que atendemos ao chamado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, presidida pelo Deputado Orlando Fantazini, para a organização de uma Campanha Nacional pela valorização dos direitos humanos na televisão, com o lema "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" .

Entendemos que os postulantes ao mais alto cargo da Nação não tangenciarão a responsabilidade de um posicionamento público contrário aos níveis de barbárie comunicativa que segmentos da mídia vêm impondo à sociedade de modo autoritário e ao arrepio da legislação.

Expressamos uma viva expectativa de que sua campanha presidencial cumpra também a função educativa de apontar caminhos para conduzir as empresas de comunicação - detentoras de uma concessão pública - ao curso da responsabilidade social a elas atribuída pela Constituição Federal e por farta legislação.

Esperamos de sua candidatura um sinal de que é necessário dar um basta à banalização sexual, ao culto da violência, à idolatria de valores anti-sociais, ao afastamento dos meios de massa das funções educativas, informativas, de elevação cultural e de entretenimento saudável apregoados pela lei.

Apelamos para que sua candidatura, para além dos debates sobre os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais, seja também instrumento de reflexão nacional em torno de propostas dirigidas aos meios de comunicação para que revisem esta linha editorial de rebaixamento e assumam, com espírito público, a responsabilidade de ajudar a resgatar a enorme dívida informativo-cultural para com a nossa sociedade, oferecendo aos brasileiros uma programação que valorize o patrimônio cultural da humanidade, os valores da nacionalidade, o respeito à educação, o acesso à informação e a opção por um entretenimento de alto nível, compatível com a cidadania.

Finalmente, comunicamos que a esperada resposta de V. S^a a esta carta será amplamente divulgada pelo meios a nosso dispor.

Integrantes da Campanha pela valorização dos direitos humanos na televisão
"Quem financia a baixaria é contra a cidadania"
Brasília, 26 de agosto de 2000

QUEM FINANCIAM A BAIXARIA É CONTRA A CIDADANIA

Campanha pela valorização dos direitos humanos na televisão

Ao propor a campanha Quem financia a baixaria é contra a cidadania pretendemos criar um instrumento eficaz de defesa dos direitos humanos para atuar no espaço de interação entre a sociedade e a mídia.

O debate da proposta começou em maio de 2002, durante a VII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Naquele encontro, as 941 entidades participantes

receberam a idéia com entusiasmo e interesse. Quando divulgarmos a proposta como uma das metas de trabalho da Comissão para o segundo semestre deste ano, fomos surpreendidos com sua ampla acolhida. Recebemos dezenas de mensagens de apoio e sugestões, que muito nos encorajaram, e até pressões no sentido de lançar rapidamente a campanha.

Mas entendemos que a construção desse projeto requer amplo debate, tanto para aperfeiçoá-lo quanto para reunir as parcerias que possibilitarão seu êxito. O debate do dia 07/08/02 - representou, portanto, um passo nesse processo. Assim, a formulação a seguir destina-se à discussão com todos os que desejam contribuir para a implementação da campanha: parlamentares, organizações de direitos humanos, entidades da sociedade civil, representações de classe da área de comunicação, institutos que atuam na verificação da responsabilidade social das empresas.

1. A campanha

A campanha denominada inicialmente Quem financia a baixaria é contra a cidadania consistiria no acompanhamento da programação da TV para indicar os programas que - de forma sistemática - desrespeitam convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a dignidade do cidadão. Seriam relacionados as empresas e os produtos anunciantes nos programas que atuam sistematicamente contra os direitos humanos e a cidadania. Também seriam divulgadas iniciativas positivas em defesa dos direitos humanos, legislação e outros textos pertinentes.

2. Conselho de Acompanhamento e Avaliação

O Conselho de Acompanhamento e Avaliação da Programação seria escolhido pelas organizações responsáveis pela campanha. Os integrantes do Conselho serão personalidades de reconhecida credibilidade social e conhecimento técnico-jurídico. Um conjunto de observadores em nível estadual deverá auxiliar o Conselho, encaminhando gravações de programas e outras informações para apreciação.

3. Metodologia de trabalho do Conselho

Identificada a ação sistemática de determinado programa contra direitos humanos e cidadania, o primeiro passo do Conselho será uma tentativa pública de negociação com os responsáveis pelo programa, aos quais seria formulado um apelo, com base nas convenções internacionais, Constituição Federal e legislação em vigor. Caso persista a violação dos referidos direitos, seriam relacionados os nomes dos programas, apresentadores, produtores, empresas e produtos anunciantes junto com as descrições das violações cometidas.

4. Espaços de divulgação e conteúdo do site próprio

A fonte primária de informação da campanha seria um site na internet, contendo os resultados das avaliações do Conselho, instrumentos jurídicos internacionais e legislação nacional em vigor, artigos de opinião, textos educativos, resultados de pesquisas, iniciativas positivas em defesa dos direitos humanos na mídia etc. Também haverá um espaço de interatividade, permitindo o encaminhamento de denúncias, críticas e sugestões. Um grande esforço será feito para a máxima reprodução dos dados do site em órgãos de comunicação das redes das organizações parceiras, além de serem disponibilizadas a instituições públicas e privadas, escolas, órgãos de comunicação etc.

5. Lançamento da campanha

Um lançamento modesto mas de ampla penetração seria realizado, tendo como instrumentos matérias jornalísticas divulgadas nos sites das redes das organizações parceiras, cartão postal a ser encaminhado pelo correio, busca de espaço na mídia para o debate sobre a campanha etc

6. Isto não é censura?

Não. Trata-se de uma campanha cidadã, do exercício de um direito. Não se confunde com censura, falso moralismo ou avaliação ideológica, pois terá como parâmetros exclusivos instrumentos jurídicos com os quais o Brasil está comprometido. Tais instrumentos representam conquistas históricas, fruto do esforço de gerações de cidadãos, e cabe a todos nós preservá-los. A liberdade de empresas de propagar a violência, a pornografia, a humilhação a pessoas humildes devem ter limites, e os limites estão definidos na legislação. A campanha se limitará a relacionar os que violam direitos de forma contumaz .

7. Por quê realizar esta campanha?

A campanha é uma alternativa ao que já vem se tentando fazer, em vão até agora, em matéria de apelos e tentativas de negociações com as empresas. Partimos de algumas premissas. 1ª) As empresas que atuam no mercado de publicidade têm responsabilidade sobre a programação que apóiam por meio de suas verbas publicitárias. 2ª) Certas emissoras, produtores e apresentadores não têm se sensibilizado pelos repetidos apelos da sociedade e do Estado por mais ética na programação. Pelo contrário, as reações diante de tais apelos costumam ser de desprezo arrogante, o cinismo e o silêncio. 3ª) As autoridades públicas vêm se omitindo face aos abusos cometidos, enquanto a sociedade, indignada, não dispõe de instrumentos para defender seus legítimos interesses sobre o espaço de concessão pública de comunicação de massas. 4ª) A sociedade civil e o Congresso

Nacional têm o dever de criar condições para o exercício do direito à comunicação, reconhecido como um dos direitos humanos pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Acreditamos na eficácia da nova estratégia, tendo em vista o valor crescente da imagem das empresas. Para preservar tais valores, anunciantes, empresas de publicidade e emissoras de TV passarão a avaliar mais cuidadosamente o custo de associar sua reputação a violadores contumazes dos direitos humanos e da dignidade do cidadão.

Quanto ao nosso interesse, tratamos de preservar bens muito valiosos, pertencentes a toda a coletividade: os direitos humanos e a cidadania.

Seminário de lançamento da campanha: "quem financia a baixaria é contra a cidadania"

A Comissão de Direitos Humanos realizou no dia **13 de novembro de 2002**, o seminário de lançamento da campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", cujo objetivo é defender os direitos humanos e os valores da dignidade humana na programação da TV brasileira.

Ao propor a campanha Quem financia a baixaria é contra a cidadania temos como objetivo criar um instrumento eficaz de defesa dos direitos humanos no âmbito da interação entre a sociedade e a mídia.

Em maio de 2002, durante a VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, as 941 entidades participantes daquele memorável encontro receberam a idéia com entusiasmo e interesse. Em junho, ao divulgarmos a proposta como uma das metas da Comissão para o segundo semestre, fomos surpreendidos com sua ampla acolhida. Recebemos dezenas de mensagens, que muito nos encorajaram, e até pressões no sentido de lançar rapidamente a campanha.

Em que consiste a campanha?

A campanha consistiria no acompanhamento da programação da TV para indicar os programas que - de forma sistemática - desrespeitam valores universais, convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a dignidade do cidadão. Seriam relacionados as empresas e produtos que financiam os programas que atuam sistematicamente contra os direitos humanos e a cidadania, além de divulgar legislação e textos pertinentes.

Quem faria o acompanhamento e a avaliação dos programas?

Seria formado pelas organizações responsáveis pela campanha um conselho a ser integrado por personalidades de reconhecida credibilidade social e conhecimento técnico-jurídico para proceder ao acompanhamento e avaliação. Um conjunto de observadores em nível estadual será responsável por auxiliar o Conselho, encaminhando ao mesmo gravações de programas e outras informações para apreciação. Estas informações estarão disponíveis em um site.

Programação

SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA: "QUEM FINANCIAM A BAIXARIA É CONTRA A CIDADANIA"

DATA: 13 DE NOVEMBRO

LOCAL: AUDITÓRIO DO ESPAÇO CULTURAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

PROMOÇÃO: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DA CAMPANHA "QUEM FINANCIAM A BAIXARIA É CONTRA A CIDADANIA".

PROGRAMAÇÃO:

9:00h - Mesa de Abertura: Deputado Orlando Fantazzini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e entidades participantes da campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania".

10:00h - Painel 1 - Direitos Humanos, Cidadania e Mídia.

Coordenador: Deputado Marcos Rolim

Dra. Maria Eliane de Menezes - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Iradj Roberto Eghrari - Representante da Comunidade Bahá'í do Brasil.

Paulo José Cunha – Representante do Centro de Produção de Cinema e Televisão da UnB

11:00h - Debate

12:00h – Intervalo

13:30h - Painel 2 - Responsabilidade Social

Coordenador: Deputado Eduardo Barbosa

Beto Almeida – Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

Sérgio Millete – Coordenador da CIVES (Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania).

Raquel Moreno – Presidente do Grupo TVer e da SBPM (Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado)

14:30h Debate

15:00h - Painel 3 - A cidadania e as diferentes redes de comunicação.

Coordenador: Deputado Fernando Gabeira

Paulo Miranda – TV Comunitária do Distrito Federal.

Paulo Machado de Carvalho Neto – Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

Roberto Wagner Monteiro – Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (ABRATEL).

Vicente Adorno – Editor Internacional da TV Cultura

16:00h - Debate

16:30h - Painel 4 - O Controle social dos meios de comunicação.

Coordenador: Deputado Orlando Fantazzini

Regina Festa – Conselho Nacional de Comunicação Social.

Pessoa indicada pela Embaixada do Reino Unido

Sebastião Santos - Coordenador da Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC).

Laurindo Lalo Leal – Professor da Universidade de São Paulo

17:30 – Debate

18:00 - Encerramento

CARAVANA

A VII Caravana Nacional de Direitos Humanos teve como tema neste ano de 2002 o combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

tema: exploração sexual de crianças e adolescentes no estado da Paraíba - 19 a 23/04/02

O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil no Brasil.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou nos dias 19 a 23 de abril de 2002 a caravana sobre o tema exploração sexual de crianças e adolescentes nas cidades de João Pessoa e Patos no estado da Paraíba. Preocupada com o aumento dessa modalidade de violações de direitos humanos no Brasil nos últimos anos a CDH priorizou o tema no ano de 2002. Pesquisas recentes, indicam que matérias veiculadas na mídia sobre este tema, têm crescido de modo significativo, indicando que este assunto sai aos poucos da sombra em que foi lançado e torna-se a principal pauta de esclarecedores encontrados em todos setores sociais: as organizações governamentais em todas as esferas (federal, estadual e municipal), empresas privadas, organizações da sociedade civil: ONGs (Organizações Não-Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

Ao se falar em dignidade humana, é impossível não se assustar com a complexidade deste tema. Ele traz à tona a realidade cruel de milhares de crianças e adolescentes em nosso país, que sobrevivem ao estado de miséria em que são lançadas, sem acesso a informações, reféns de um quadro social onde a violência e a exploração sexual é mais uma marca de uma política que, apesar de analisada e debatida de forma legítima, urge de uma articulação mais eficaz, voltada para o desmantelamento das redes de prostituição que se formam facilmente. Assim, coloca-se no centro da questão; esta que é a maior riqueza que uma nação pode oferecer aos seus cidadãos: o pleno direito de se desenvolver como ser humano em toda sua força, riqueza e plenitude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído em 1990 foi uma adaptação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e também a regulamentação do art. 227 da Constituição Federal, dispendo sobre os direitos da criança e sua proteção integral. O CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança), é uma entidade criada a fim de formular políticas públicas e o encaminhamento dos recursos para que este importante estatuto possa se fazer cumprir.

Em decorrência de sua participação na primeira edição do Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo, o Brasil foi um dos poucos países que estabeleceram um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual. Este Plano foi também aprovado por mais de 160 entidades governamentais e não-governamentais em Natal-RN em 2000. Seu objetivo é articular ações e produzir metas para que se proteja integralmente a criança e o

adolescente em situação de risco de violência sexual, além de viabilizar a política de atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, foi decidido que cada Estado e Município, realizassem seus planos de enfrentamento, tendo o Ministério da Justiça e o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente firmado um convênio para o acompanhamento deste projeto.

A fim de que o problema da exploração sexual infanto-juvenil possa ser divulgado, mobilizando a sociedade brasileira para o seu importante combate, foi instituído o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

"A exploração sexual de crianças é um fenômeno transversal, atingindo todas as classes sociais e grupos na Sociedade, os quais podem contribuir para a exploração, através da indiferença, o desconhecimento das conseqüências nocivas sofridas pelas crianças e pelos valores que consideram crianças como mercadorias."

Tema: A Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes - 28 e 29/05/02

A partir desta temática, membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal estiveram nos dias **28 e 29** de maio em alguns municípios da região noroeste do estado de São Paulo e no dia 02 de julho em Guararema e Santa Isabel (SP) para averiguar denúncias de exploração do trabalho infantil.

A Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXIII e através da Emenda Constitucional de nº 20 proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. A proibição consta também do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu capítulo V, artigo 60.

TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMAZÔNIA

Visita da CDH a Manaus para inspeções e audiência pública em 27 e 28 de junho de 2002

Introdução

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH) aprovou por unanimidade, em sua reunião plenária de 12 de junho de 2002, o requerimento 23/02, de que se procedesse a uma investigação para fiscalizar e propor ações do poder público destinadas a coibir o tráfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiras. O colegiado parlamentar baseou-se em denúncias que vinha recebendo sobre a existência de tráfico e exploração sexual de jovens a partir de Manaus. Também foi alertada pela reportagem de capa da edição de 5 de maio de 2002 da revista *Isto É*, "Meninas: produto de exportação", dos jornalistas Amaury

Ribeiro e André Dusek; e numa série de reportagens da correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Manaus, Kátia Brasil, e foi ainda motivada pelos resultados preliminares da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual, patrocinada pela OEA e Ministério da Justiça, que constatou na região Norte a maior incidência no país das referidas violações de direitos humanos.

Dando encaminhamento à decisão plenária, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), acompanhado do Secretário do colegiado parlamentar, Márcio Marques de Araújo, esteve em Manaus, onde realizou diversas atividades desde a madrugada de 27 de junho de 2002, quando chegou à capital amazonense, até as 3h de 28 de junho, quando regressou a Brasília. As atividades foram sempre realizadas em conjunto com outras instituições públicas federais e estaduais com responsabilidades na área.

Inspeção em boates

A primeira atividade foi uma inspeção nas boates “Coração Blue” e Remulo’s, citadas em denúncias como locais de aliciamento e encontros de adolescentes para fins de exploração sexual e tráfico com essa finalidade. Participaram da inspeção, junto aos citados representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, Deputado Mário Frota; o Secretário da mesma, Dr. Marcelo Reis das Chagas; o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Bruno Freire de Carvalho Calabrichi; a Delegada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente, Dra. Maria das Graças da Silva e membros de sua equipe; e agentes da Polícia Federal incumbidos de escoltar a representação parlamentar.

Na boate “Coração Blue”, foram constatadas, em meio a cerca de 200 pessoas distribuídas por dois salões, a presença de dezenas de adolescentes com idades presumidas entre 12 e 17 anos, algumas ingerindo bebidas alcóolicas. Em diálogo com o proprietário da casa, Sr. Théo Alves, o mesmo exibiu um alvará expedido em 1º/02/02, pelo Juiz da Infância e da Juventude, Dr. Antonio Celso da Silva Gióia, em que autoriza a permanência de menores com mais de 16 anos, desde que acompanhados dos pais ou responsáveis. Após um comunicado feito aos presentes pelo Sr. Théo Alves, em que este solicitou a colaboração das pessoas presentes com a inspeção, no sentido de mostrarem seus documentos de identidade, abordamos várias jovens, que alegaram não dispor de documento no momento.

O chefe da segurança do estabelecimento, Sr. José Ferreira da Silva Buglê, ao ser interpelado, identificou-se peremptoriamente como comissário do Juizado da Infância e da Juventude. Também foi constatada a presença, na boate, do motorista de taxi Sebastião André Costa, indiciado como aliciador no inquérito aberto em Manaus para investigar o tráfico internacional de meninas.

A atuação de alguns motoristas de taxi na exploração sexual, aliás, foi evidenciada durante nossa permanência na referida boate. Um taxi chegou conduzindo duas adolescente aparentemente com cerca de 14 anos de idade. Ao perceber a presença de autoridades no local, o condutor do automóvel deixou a área do estacionamento próxima à porta, onde estávamos naquele momento. Também vimos, em diferentes ocasiões, taxis próximos a pontos de frequência de garotas de programa, em que é comum a presença de adolescentes.

Foi possível comprovar, na boate "Coração Blue", que a casa estava favorecendo a exploração de adolescentes, ao não exigir documentos de identificação para o ingresso no local e ao vender bebidas alcóolicas para as mesmas. O alvará autorizando presença de menores está em contradição com a legislação federal em vigor. Os diversos membros da delegação que fizeram a inspeção notaram vários indícios subjetivos de favorecimento à exploração sexual.

Em seguida, a delegação inspecionou a boate Remulo's. Nesta não foram observadas pessoas aparentemente menores de 18 anos. Segundo denúncias recebidas, no caso específico dessa boate, a presença de adolescentes é de rapazes usuários dos serviços de prostituição oferecidos pela boate e ocorre normalmente durante o período da tarde. No salão da mesma há um acesso a vários quartos, com a inscrição "saída de emergência".

Audiência pública

No dia 27 de junho, das 10h às 12h30, foi realizada, no Salão Nobre da Assembléia Legislativa do Amazonas, audiência pública para debater o Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Coordenado pelos presidentes das duas comissões parlamentares de direitos humanos, o evento teve a participação do Procurador da República Bruno Calabrichi; Delegada Maria das Graças da Silva, outros parlamentares, diversos representantes de organizações da sociedade civil e de instituições públicas federais, estaduais e municipais e da imprensa. Convidados, deixaram de comparecer os dois juizes da Infância e da Juventude de Manaus, assim como os secretários de Estado de Segurança Pública e de Justiça.

O conjunto das intervenções indicou a preocupação com o crescimento dos crimes de exploração sexual e tráfico de seres humanos, vitimando adolescentes e crianças em Manaus e outras localidades na região Norte. De acordo com as análises apresentadas, as adolescentes são atraídas para a prostituição por meio da ação criminosa de traficantes, aliciadores, donos de boates e bordéis, contando para isso com a conivência e omissão de autoridades públicas. As jovens são iludidas com falsas promessas, seduzidas principalmente pela necessidade econômica e pelo desejo de possuir bens materiais que suas famílias não podem

adquirir. Portando muitas vezes documentos de identidade falsificados, essas jovens são conduzidas a Boa Vista (RR) e, de lá, para outras localidades, no Brasil e no exterior, já sob coação e frequentemente em condição análoga a de escravas.

Entre os presentes, alguns se manifestaram preocupados também com o grande número de ocorrências de abusos sexuais de modo geral. O Ministério Público do Estado apresentou, na oportunidade, quadro das denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes recebidas no Estado do Amazonas pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, do período entre janeiro e abril de 2002, totalizando 225 casos. De acordo com o estudo, 63% das vítimas têm de 12 a 18 anos, 23% de 8 a 11 anos e 7% são menores de 8. O estudo mostra ainda que 78% das vítimas são meninas, e que 70% dos abusadores têm algum grau de parentesco com as vítimas.

Percebemos que, embora haja em Manaus autoridades públicas e representantes da sociedade civil preocupadas com o problema e dispostas a agir em busca de soluções, o grau de articulação para isso é reduzido, insuficiente para coibir a prática desses crimes e reverter sua impunidade na região. Nesse sentido, o presidente da CDH destacou em seu pronunciamento um apelo em prol de uma intensa organização da sociedade civil no âmbito estadual para enfrentar essas violações de direitos humanos, ao tempo em que ofereceu a ajuda do órgão da Câmara Federal no âmbito de sua competência.

Enquanto entre as meninas há uma predominância de pessoas com pouca instrução e de baixo poder aquisitivo, entre os meninos, cerca de 40% pertencem à classe média, segundo apontou pesquisa realizada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos. Seu representante, Sr. Adamor, informou que a pesquisa mostrou um aumento vertiginoso nos últimos anos do número de garotos de programa em Manaus, principalmente na faixa etária entre 13 e 25 anos, sendo que muitos buscam nessa atividade sustentação ao vício em drogas, acabando por se expor à exploração e maus-tratos por clientes e policiais.

Outros participantes da audiência pública, inclusive a professora que coordenou a Pesquisa sobre Tráfico para Fins de Exploração Sexual (apoiada pela OEA e Ministério da Justiça) na Região Norte, sublinharam a relação existente entre o tráfico de adolescentes e o tráfico de armas e drogas. Outra observação reveladora foi o aumento acima de qualquer parâmetro demográfico ou econômico do número de motéis na capital amazonense, o que estaria relacionado, pelo menos em parte, ao crescimento da exploração sexual de jovens.

Durante a audiência pública, o advogado Dr. Abdalla Sahdo denunciou o envolvimento em exploração sexual de adolescentes do juiz da própria Vara de Família de Manaus, Dr. Caio Cesar Barbosa Catunda de Souza; o seu assessor George André, o diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral, Henrique Levy, e o oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas Adriano Salan. Segundo denúncias formalizadas em 26 de fevereiro de 2001 ao Ministério Público Federal do Amazonas, as adolescentes P.C.S, 17 anos de idade, e D. C. M., 15 anos, receberam proposta de Elisa Pereira de Lima, 42 anos, para fazer um passeio de

barco pelo rio Amazonas na companhia de empresários paulistas. Antes de embarcar, foram interceptadas no porto por agentes da Polícia Federal, quando chegou o juiz Caio Cesar Catunda, que solicitou aos policiais a liberação das adolescentes, dizendo ser responsável por elas. Ai elas descobriram que o passeio não era com empresários, mas com o próprio juiz e os referidos acompanhantes do mesmo. Descobriram também que não era um passeio rápido e sim de cinco dias, em que permaneceram num barco sendo constrangidas a permanecer nuas, fazer práticas sexuais promíscuas e sem preservativos e a usar cocaína. O advogado Sahdo disse ter entregue ao Ministério Público Federal fita gravada com conversa telefônica em que Elisa de Lima pede para que o caso não seja denunciado. Elisa teria afirmado, por telefone, que testemunharia em favor das adolescentes. O caso foi objeto de representação criminal dirigida à Procuradoria da República no Amazonas, que requereu abertura de inquérito à Polícia Federal, cujo Superintendente Regional Dr. Lacerda Carlos Júnior, não acatou a requisição, encaminhando-a ao Tribunal de Justiça do Estado. O Presidente do TJ-AM, Desembargador Djalma Martins da Costa, despachou a matéria em 28 de março de 2002, considerando ser a matéria de competência única do órgão e atribuindo sua investigação ao Tribunal Pleno. Desde então, não se tem notícias do andamento das investigações.

Também foi denunciado no evento e em outras ocasiões da visita a Manaus a crise no sistema penal do Estado do Amazonas, atestada pela alta e inédita incidência de homicídios. A Penitenciária Anísio Jobim e a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, são os estabelecimentos onde a situação preocupa mais, por haver superlotação e terem sido palco de trágicos acontecimentos recentes. Na cadeia pública, 5 presos foram mortos no mês de abril último, sendo que o bárbaro episódio não foi elucidado até o momento. Há, segundo denúncias, evidências de conjugação entre ações criminosas entre o "xerifado" (presos líderes) e direção do presídio.

Após um almoço na Assembléia Legislativa com alguns dos participantes da audiência pública, dirigimo-nos à Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente, de Manaus. A titular do órgão, Delegada Maria das Graças Silva, mostrou as dependências da delegacia, inclusive o xadrez, aonde se encontravam cerca de 20 adolescentes, em condições em geral satisfatórias, embora sem lençóis nem colchões. A equipe de funcionários, bem como equipamentos e móveis da delegacia são claramente insuficientes para o desempenho de sua função.

Inspeção no Centro Dagmar Feitosa

Em seguida, visitamos o Centro Dagmar Feitosa, de internação de adolescentes autores de atos infracionais graves. Havíamos recebido denúncia de que nesse estabelecimento teria ocorrido, no dia 12 de junho de 2002, uma tentativa de fuga e subsequente castigo aos jovens na forma de espancamentos generalizados, sendo que havia alguns com ferimentos sérios, inclusive um com os dois braços quebrados. Acompanhados do secretário da Comissão de Direitos

Humanos da Assembléia Legislativa, Marcelo Reis Chagas, e agentes da Polícia Federal, fomos recebidos, ao chegar, pelo diretor do estabelecimento, Sr. Afrânio, que conduziu a delegação por dependências do centro de internação.

Visitamos então três alas com celas destinadas cada uma a dois encarcerados. Em uma delas encontrava-se deitado Arlison Souza de Oliveira, 17 anos. Embora evitasse fazer revelações, era evidente que ele sentia muita dor e estava seriamente machucado. Segundo o Sr. Afrânio, Arlison encontrava-se ali, segundo funcionários, por ter tido um "acidente" na quadra de esportes. Pouco depois, ao falar com os demais meninos internos, confirmamos a informação de que ele tinha sido vítima de ferozes espancamentos 16 dias antes.

Os demais adolescentes estavam reunidos no ginásio de esportes, onde pudemos falar com todos. Sem exceção, eles confirmaram as surras que sofreram dos monitores, armados com porretes, correntes e outros objetos contundentes, no dia 12 de junho, após frustrada tentativa de fuga. Esteveson Pontes Cabral, 17 anos, iniciara o tumulto dentro de uma sala de aula, onde um grupo de alunos estava em torno da professora numa atividade escolar. Esteveson gritou "é agora!", subiu nas costas de outro adolescente e retirou uma lâmpada, que quebrou e feriu gravemente outro interno na barriga e no pulso. Em represália, Esteveson recebeu os castigos mais violentos. Apresentava os dois braços quebrados, sendo que havia indícios de que não tinham sido adequadamente engessados, necessitando tratamento urgente. Também apresentava, além de hematomas, dois cortes na cabeça, já razoavelmente cicatrizados, onde, segundo ele afirmou, foram dados 8 pontos.

O adolescente Arnaldo Pinto Lasmar afirmou que também ele, em ocasião anterior, tinha tido o braço quebrado por monitores. Vários garotos afirmaram que é praxe no Centro Dagmar Feitosa os monitores receberem os novatos com uma surra. Denominaram como autores dessas violências os monitores Vanderlei, Márcio, Rameiz, Rubens, Rômulo, Kleber e o monitor da horta Hugo como espancadores, sendo que Márcio possui uma máquina de aplicar choques, com a qual anda durante a noite nos pavilhões ameaçando os internos; que Vanderlei é quem mais bate nos novatos; que Rômulo anda armado e usa máscara para fazer intimidação; que Hugo é desequilibrado mentalmente e que utiliza um cabo de enxada para espancar. O Sr. Afrânio, diretor do estabelecimento, afirmou que uma sindicância encontrava-se em andamento para apurar os fatos relacionados à tentativa de fuga e as denúncias de espancamentos.

No que se refere a atividades pedagógicas e ocupacionais com os internos, o Centro possui uma panificadora e uma oficina em que produz sinalizadores de piso para a Companhia de Águas do Amazonas. Internamente, há ainda atividade em horta e, externamente, numa empresa, aonde são levados os garotos que participam da atividade. Indagados, apenas 12 dos jovens afirmaram que trabalham, enquanto 3 disseram que participam do programa "Galera nota 10". Segundo a assistente social do centro, os garotos não consideram "trabalho" o que é feito internamente no centro. Também há atividades escolares, sendo que todos confirmaram frequentar as aulas.

O centro tem 51 vagas e estava ocupado por 68 internos. Verificamos que as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no sentido de separar os meninos por gravidade do ato infracional, não estão sendo observadas. Havia em meio a autores de latrocínio e homicídio garotos que furtaram - e depois devolveram - peças de motocicleta, numa cidade distante do interior, e ainda assim foram enviados para esse centro. Vários meninos alegaram que não foram ouvidos por juiz, promotor ou delegado, sendo que muitos deles disseram ter sido ouvidos apenas por funcionários subalternos da Justiça. Oito garotos afirmaram ter sido enviados para lá diretamente da delegacia, sem terem sido ouvidos por autoridade judiciária. Houve muitas queixas com relação às dificuldades em ter acesso ao telefone e em receber visitas de familiares. Muitos reclamaram da demora nas avaliações que permitiriam a soltura deles. Essa demora, segundo afirmaram em alguns casos concretos, era de 4 a 5 meses. Verificamos que as alas com as celas não dispunham de lâmpadas, as espumas e lençóis eram insuficientes para todos.

O Sr. Paulo Afonso Sampaio, que acumula as funções de diretor do Departamento da Criança e do Adolescente, órgão da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, e presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, que chegou ao Centro Dagmar Feitosa durante a inspeção, afirmou que faltam critérios compatíveis com o ECA no encaminhamento, por integrantes do Ministério Público Estadual e da Justiça, de adolescentes ao sistema de cumprimento de medidas socioeducativas do Estado. Citou, inclusive, que estava sendo processado pelo promotor da Infância e Juventude Agnelo Balbi Jr., por haver afirmado que o mesmo enviava jovens para o Centro Dagmar Feitosa, sem a devida verificação dos casos.

No dia seguinte ao retorno a Brasília da representação da CDH, fomos informados de que a Secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social e irmã do Governador Amazonino Mendes, Sra. Marise Mendes, teria dado entrevista afirmando que o que vimos no Centro Dagmar Feitosa não era verdadeiro e que proibía visitas àquela unidade (sic). Diante do fato, reiteramos a preocupação com possíveis retaliações contra os adolescentes ali internados e a solicitação às organizações comprometidas com o bem-estar dessas pessoas no Estado do Amazonas o acompanhamento diuturno para averiguar a situação delas, inclusive no que diz respeito à agilização dos procedimentos judiciais.

Visitamos, em seguida, o centro socioeducativo para meninas Marise Mendes, que presta três modalidades de atendimento. Dotado de 20 vagas, o centro estava ocupados com 8 internas e 4 outras em regime de semi liberdade. Fomos informados de que, pela manhã há aulas e à tarde atividade ocupacional, para a qual há uma sala com máquinas de costura. As instalações se apresentavam em bom estado, embora modestas e necessitando de reparos. Em diálogo com as internas e funcionários, não foi identificada nenhuma irregularidade.

Desse mesmo dia, entre 19h30 e 22h, participamos de uma reunião informal com representações do movimento social que atua em defesa dos direitos humanos em Manaus. Foi apresentada à CDH a preocupação dessas entidades

com a situação dos direitos humanos de modo geral no Estado do Amazonas, principalmente no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes, situação carcerária, violência policial etc. Foi denunciada a atitude de descaso, negligência e convência de certas autoridades públicas em casos em que seria importante o posicionamento firme dessas autoridades para assegurar os princípios do Estado Democrático de Direito. O Presidente da CDH voltou a propugnar por uma ação mais organizada e efetiva do conjunto das organizações sociais, inclusive para exigir das autoridades posturas condizentes com a responsabilidade dos mesmos.

Em seguida, acompanhados dos agentes da Polícia Federal, os integrantes da CDH percorreram a orla do Rio Negro, onde uma concentração de bares no calçadão tem atraído adolescentes que "fazem programas", pessoas que exploram a prostituição juvenil e "clientes" desses serviços, principalmente turistas de outras regiões do país e do exterior. Também ali foi possível observar a ativa participação de taxistas como intermediários nesse negócio ilegal.

Providências

Tendo em vista o exposto neste relatório; considerando o teor de outros documentos coletados pela CDH em Manaus; e no exercício de suas competências constitucionais e regimentais;

Encaminhamos as seguintes providências:

1. Oficiar à Sra. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, solicitando seja suspenso o alvará concedido à boate Coração Blue permitindo presença de menores de 18 anos no local;
2. Oficiar à referida Presidente do Tribunal de Justiça pedindo esclarecimentos sobre o verdadeiro vínculo existente entre o suposto "comissário de menores", José Ferreira da Silva Buglê, chefe de segurança da boate "Coração Blue", com a Vara da Infância e Juventude e com o Juiz da Infância e da Juventude, Dr. Antonio Celso da Silva Gióia.
3. Oficiar à referida Presidente do Tribunal de Justiça solicitando informações sobre eventuais providências tomadas pela Instituição para apurar denúncia contra o Juiz Caio Cesar Barbosa Catunda.
4. Oficiar à referida Presidente do Tribunal de Justiça solicitando ação mais ágil e exemplar nos julgamentos de processos sobre casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, como forma de advertência e dissuasão dos criminosos, uma vez que paira a idéia de impunidade sobre tais crimes no Estado.
5. Oficiar à referida Presidente do Tribunal de Justiça sugerindo a instalação urgente de um posto de atendimento do Juizado da Infância e da Juventude na estação rodoviária da cidade, para conter a saída irregular de crianças e adolescentes para outros estados e países.
6. Oficiar à Superintendência da Polícia Federal solicitando observação sobre possíveis conexões entre tráfico de adolescentes para fins de exploração sexual

- com o tráfico de armas e de drogas, sobre o qual foram observados indícios, entre outros, pela pesquisa patrocinada pela OEA e Ministério da Justiça.
7. Oficiar à Diretoria-Geral da Polícia Federal sugerindo o controle de passaportes de passageiros rodoviários e fluviais para o exterior, a exemplo do que já ocorre nos aeroportos.
 8. Determinar à Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados a elaboração de um anteprojeto de lei tipificando como crime de alçada de investigação federal o tráfico interestadual de adolescentes para fins de exploração sexual, a exemplo do que já ocorre com relação ao tráfico internacional.
 9. Oficiar ao Sr. Governador do Estado, Amazonino Mendes, solicitando prioridade e rapidez na inteira elucidação do crime de falsificação de documentos de identidade, um dos mais importantes instrumentos de facilitação do tráfico de adolescentes a partir do Amazonas.
 10. Oficiar ao referido Governador do Estado no sentido de o mesmo dotar a estrutura de atendimento à criança e ao adolescente nas áreas de segurança pública e de assistência social de condições de cumprimento mínimo de obrigações estatais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sugerir, em consonância com o ECA, a substituição da figura dos comissários de menores pelo fortalecimento dos Conselhos Tutelares.
 11. Oficiar ao Governador do Estado, à Presidente do Tribunal de Justiça e ao Presidente da Assembléia Legislativa sugerindo um esforço concentrado e conjunto do poder público estadual no sentido de combater a prática do tráfico e exploração sexual de criança e adolescente no Amazonas.
 12. Oficiar à Sra. Secretária do Trabalho e Assistência Social, Marise Mendes, solicitando informações sobre o andamento da sindicância aberta no âmbito do Departamento da Criança e Adolescente para apurar fatos e responsabilidades dos espancamentos e maus-tratos perpetrados no Centro Dagmar Feitosa em 12 de junho de 2002.
 13. Oficiar ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, Deputado Lupércio Ramos de Oliveira, solicitando empenho da Casa e de seu Presidente no sentido de se instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias relacionadas à exploração sexual infanto-juvenil no Amazonas, proposta pelo Deputado Sinésio Campos.
 14. Oficiar ao referido Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, solicitando que o mesmo providencie para a Comissão de Direitos Humanos funcionários, equipamentos e espaço físico indispensáveis ao desempenho das suas atribuições constitucionais, face à sua importância no sentido de assegurar a proteção e promoção dos direitos humanos no Estado.
 15. Apresentação do presente relatório ao Governo Federal, por intermédio do Sr. Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, bem como ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, procurando demonstrar, em sua próxima reunião plenária, a importância de uma ação federal mais ampla e um compromisso mais claro do Conselho no sentido de coibir esses crimes.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Drama dos atingidos por barragens em debate na câmara

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou audiência pública no dia **10/04/02** para ouvir depoimentos sobre a situação das comunidades atingidas por barragens das usinas hidrelétricas.

São milhares de pessoas deslocadas de suas casas, propriedades rurais e comunidades tradicionais para a construção de 130 usinas hidrelétricas em todo o

país. Organizado nacionalmente, o movimento representativo dessas comunidades acusa as autoridades públicas e empresas concessionárias de exercerem pressões indevidas e de não cumprirem acordos nas operações de reassentamento. O presidente da CDH, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), esclarece que "não se trata de se opor à construção de usinas, mas de exigir o respeito e as indenizações devidas às comunidades deslocadas".

A audiência vai examinar as situações das comunidades, possibilidades de apoio ao encaminhamento administrativo e judicial dos casos – inclusive nos fóruns internacionais de justiça, tendo em vista que os empreendimentos são financiados por organismos internacionais que condicionam os financiamentos ao cumprimento de cláusulas de proteção aos atingidos.

Serão expositores na audiência pública os dirigentes do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) José Rodrigues da Silva e José Elio Meca; a coordenadora do Centro de Justiça Global (ONG especializada na proteção jurídica internacional dos direitos humanos), Andressa Caldas; e o sub procurador-geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos. A audiência foi requerida pela deputada Luci Choinacki (PT-SC).

Audiência pública esclarece demissões de portadores de deficiência nos correios

A Comissão de Direitos Humanos realizou audiência pública no dia **17/04/02**, para esclarecer denúncias de demissões de funcionários portadores de deficiência da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). "O número de demissões embora incerto é elevado pelas denúncias que tem chegado à Comissão". Participaram como expositores representante da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos; representante da Associação dos Deficientes Físicos do Estado do Paraná, Sérgio Luiz Chatard Filho; representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da ECT, Ariovaldo Alves Figueiredo; a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Maria Eliane Menezes de Farias; a funcionária demitida da ECT Maria Doliski e a assistente social da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, Mariclei Mendes e a coordenadora substituta da Coordenação para a Pessoa Portadora de Deficiência (Ministério da Justiça), Niusarete Margarida Campos.

CDH debate a criação de uma política nacional de proteção a vítimas de violência

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou no dia **24/04/02**, audiência pública com a finalidade de debater "A criação de uma política nacional de proteção a vítimas de violência. Com o crescimento da violência no país, cresce também o número de pessoas que tornam-se vítimas. Geralmente, são pessoas que não recebem por parte do Estado nenhum tipo de assistência. O próprio ato de denunciar, às vezes já se torna uma grande dificuldade, tendo em

vista que os órgãos policiais não estão preparados para prestar um bom atendimento à população vitimizada pela violência.

Participaram da referida audiência entidades nacionais e representações de programas governamentais que há muito tempo trabalham essa temática, como a Sra. NILDA TURRA - Coordenadora Nacional do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Ministério da Justiça; Sra. LUDMILA FERES FARIAS - Coordenadora do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência de Minas Gerais; Sr. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA - Coordenador Jurídico da Associação de Parentes de Amigos de Vítimas de Violência do Estado do Ceará; Sra. LETÍCIA MASSULA - Representante do Centro de Referência e Apoio à Vítima-CRAVI do Estado de São Paulo e a Sra. TÂNIA MARIA DA SILVEIRA - Coordenadora do Centro de Atendimento a Vítimas de Violência do Espírito Santo.

"O massacre de Corumbiara e os novos conflitos agrários em Rondônia".

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou no dia **28/08/02** audiência pública para discutir o massacre de Corumbiara (RO), que completou em agosto, 7 anos de impunidade. No massacre foram mortas 13 pessoas, sendo 11 posseiros e 2 policiais. Após o confronto, os trabalhadores rurais mesmo rendidos foram submetidos a tortura e execução sumária. Este debate tem como finalidade mobilizar a sociedade civil para que ocorra um novo julgamento dos responsáveis. Outra reivindicação é quanto as reparações de danos às famílias, pois até o momento nada foi feito.

No dia 09 de agosto de 1995, cerca de 500 famílias, que estavam acampadas na fazenda Santa Elina, município de Corumbiara, foram surpreendidas, às quatro horas da madrugada, por policiais militares e pistoleiros contratados por fazendeiros locais. Deste massacre rendeu a morte de uma criança de apenas 7 anos, assassinada com dois tiros pelas costas quando fugia dos disparos tentados aleatoriamente pelos policiais.

Estes assassinatos foram considerados de extrema violação de direitos humanos, onde a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA foi acionada em decorrência da falta de providências por parte das autoridades brasileiras.

Esta audiência teve como expositores, o desembargador Gercino José da Silva Filho, ouvidor agrário nacional; a professora com doutorado em antropologia da USP, Helena Angélica; Ernande da Silva Segismundo, representante da Comissão Pastoral da Terra; Patrícia Ferreira, do Centro pela Justiça e Direito Internacional e ainda, o Sr. Claudemir Gilberto Ramos - Sobrevivente do massacre de Corumbiara. "Depois deste massacre é bom lembrar que Rondônia tornou-se palco de grandes conflitos agrários e uma região que abriga novas violações de direitos humanos".

CDH quer esclarecimentos sobre torturas contra menores da Febem

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou no dia **10/12/02**, nesta Câmara dos Deputados audiência pública para investigar denúncias do Ministério Público de São Paulo de que Funcionários da Febem

(Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) estariam praticando tortura contra menores infratores sob custódia da instituição.

Os maus tratos contra adolescentes internados nas Febens tem sido motivo de denúncias por parte da Comissão há muito tempo. Há dois anos, a CDH realizou a IV Caravana Nacional de Direitos Humanos que teve como objetivo inspecionar 18 instituições entre os estados de São Paulo, Pará, Sergipe, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O idealizador da Caravana, deputado Marcos Rolim (PT-RS), produziu um relatório que oferece uma idéia, mesmo que aproximada, da situação vivida pelos adolescentes privados de liberdade em unidades de internação das Febens e recomenda providências.

Um exemplo típico de tortura praticada por monitores aconteceu em agosto deste ano, na unidade da Febem de Parelheiros (zona sul de São Paulo). O Ministério Público denunciou e pediu a prisão preventiva de 14 funcionários por prática de tortura, formação de quadrilha e tráfico de drogas. Segundo laudos de exame de corpo de delito, 19 adolescentes teriam sido agredidos por uma "associação" dos funcionários para cometer as agressões, o que levaria a prática de crime de formação de quadrilha. Esta instituição chegou a ser desativada.

De acordo com o presidente da CDH, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), que esteve no ano passado nas Febens de Franco da Rocha (SP) e na Unidade de Atendimento Inicial, UAI (SP), foi constatado uma "negligência explícita" por parte do governo de São Paulo, onde o Estatuto da Criança e do Adolescente não é cumprido em nenhum capítulo. " Nestas duas instituições o que prevalece é a lei porrete na molecada. Não podemos deixar prevalecer esta impunidade", desabafa Fantazzini.

Participaram como expositores do referido debate o Dr. **Hélio Bicudo**, presidente Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; **Wilson Tafner**, promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude de São Paulo; **Paulo Sérgio Pinheiro**, secretário Nacional de Direitos Humanos; representante do Conanda; **Liliana Tojo**, representante do Centro pela Justiça e Direito Internacional; Sra. **Luciana Temer**, Secretária da Juventude do Estado de São Paulo; Sra. **Maria Conceição Paganelli** – Diretora da Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes - AMAR; Sra. **Beatriz Affonso**, Secretária Executiva da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; Sr. **Marcelo Nastari**, Coordenador da Organização Olha o Menino de São Paulo; e ainda, o Pe. **Agostinho Duarte de Oliveira**, Representante da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos;

SEMINÁRIOS

Relator da ONU participa de seminário da CDH para avaliar combate à fome no Brasil

A CDH realizou, em parceria com organizações da sociedade civil, no dia **06/03/02**, com a participação do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Jean Ziegler, o seminário nacional "O direito à alimentação adequada". O evento inseriu-se no âmbito da visita oficial ao Brasil do relator da ONU encarregado de monitorar a implementação do direito humano à alimentação. De nacionalidade

suiça, Ziegler é professor universitário na Suíça e na França, militante e prestigiado autor de livros sobre direitos humanos.

O seminário contou com a participação de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sociedade civil e Corte Interamericana de Direitos Humanos. Na ocasião, foi apresentado diagnóstico acerca da implementação do direito à alimentação no Brasil e serão discutidas formas de avançar na exigibilidade desse direito e na adoção de políticas públicas capazes de promover sua plena realização.

Durante a manhã o seminário se concentrou no diagnóstico, enquanto à tarde foram levantadas propostas capazes de reduzir a fome e a miséria no Brasil. O deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), um dos coordenadores do evento, destacou a importância da viagem oficial, e "o seminário deverá propor "o fortalecimento do compromisso do nosso país com a realização do direito à alimentação adequada", lembrando que "a deficiência alimentar no Brasil é uma das mais eloquentes evidências de nossas desigualdades sociais. Convivem no Brasil o rodízio de churrasco e a fome".

Caso a instalação das comissões permanentes seja confirmada para a quarta-feira, coincidindo com a data do seminário, o mesmo deverá ser transferido para outro local a ser definido e posteriormente informado.

CDH promove seminário em comemoração ao dia nacional da adoção

Adoção: o despertar para a cidadania

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou no dia **23/05/02** o seminário **Adoção: o despertar para a cidadania**. A iniciativa do encontro foi do deputado João Matos (PMDB/SC), autor da Lei 10.447, que institui o 25 de maio como Dia Nacional da Adoção, sancionada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. "Foi a forma encontrada para comemorarmos a data e a oportunidade de contribuirmos para a formação de uma cultura permanente de adoção", assinala João Matos. "É importante que grupos de apoio à adoção participem do debate nesse dia e coloquem para a sociedade a importância deste tema dentro do atual contexto social do Brasil", acrescentou o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Orlando Fantazzini (PT/SP), que aprovou o requerimento para a realização do evento.

O parlamentar catarinense abrirá o seminário, seguido por especialistas no assunto. O deputado Marcos Rolim (PT/RS), por exemplo, abordará a realidade das crianças e adolescentes esquecidos nas instituições. O ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos apresentará relatório sobre a Caravana da Cidadania, quando visitou instituições de oito estados brasileiros. Por sua vez, o juiz da Infância e da Juventude de Recife (PE), Dr. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, versará sobre a responsabilidade dos juizes da infância e da juventude na

realização das adoções, enquanto que o ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, falará sobre **Adoção: o verdadeiro sentido humano e social.**

A presidenta do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis, Cecília Larroid Cardoso e o presidente da Associação Catarinense de Pais Adotivos (ACAPA), Arlindo Giacomelli, irão discorrer sobre **Associação e Grupos de Apoio à Adoção: uma proposta para a sociedade brasileira.** Ainda haverá as participações do psicólogo da Associação Brasileira Terra dos Homens de São Paulo, Fernando Freire; a doutora em Psicologia pela USP e Professora da Universidade Federal do Paraná, Lídia Dobrinskyj; e o representante do ministério da Justiça, Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, que mostrará a situação atual da adoção internacional no Brasil.

O dia 24 de maio ficou reservado para a realização de uma sessão solene comemorativa ao Dia Nacional da Adoção, a partir das 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, com as presenças de representantes de grupos de apoio à adoção do país, deputados e senadores envolvidos com a causa da adoção, bem como diversas autoridades e artistas. “Apesar de pais e filhos adotivos existirem desde o início dos tempos, o tema adoção foi sempre um pouco obscuro, tratado geralmente na intimidade das famílias”, constata João Matos. “Até alguns anos atrás, poucos estudos sistemáticos sobre este assunto tinham sido realizados e isto trouxe como consequência a generalização de casos dramáticos e a formação de preconceitos e estereótipos”, prossegue. “Por isso, o 25 de maio veio para servir de referência e de grande mobilização nacional de conscientização e de efetivação de adoções de crianças abandonadas por o todo Brasil, principalmente nas grandes cidades”, conclui o autor.

Programação

Quinta-feira, dia 23 de maio

14h: ABERTURA

Deputado João Matos (PMDB/SC), autor do requerimento e da Lei 10.447, que institui o Dia Nacional da Adoção

14h20: A REALIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESQUECIDOS NAS INSTITUIÇÕES

Deputado Marcos Rolim (PT/RS)

14h40: A RESPONSABILIDADE DO JUIZ DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE NA REALIZAÇÃO DAS ADOÇÕES

Dr. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Juiz da Infância e da Juventude de Recife/PE

15h: ADOÇÃO: O VERDADEIRO SENTIDO HUMANO E SOCIAL

Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira
Ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

15h20: ASSOCIAÇÕES E GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO: UMA PROPOSTA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Cecília Larroid Cardoso
Presidente do Grupo de Estudos e Apoio de Adoção de Florianópolis
Arlindo Giacomelli
Presidente da Associação Catarinense de Pais Adotivos (ACAPA)

15h40: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA DE ADOÇÃO NO BRASIL

Fernando Freire
Psicólogo da Associação Brasileira Terra dos Homens - São Paulo

16h: FAMÍLIAS POR ADOÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

Dra. Lídia Dobrianskyj Weber
Doutora em Psicologia pela USP e professora da Universidade Federal do Paraná

16h20: A SITUAÇÃO ATUAL DA ADOÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Paulo Sérgio Pinheiro - Ministério da Justiça

16h40h: DEBATES

18h: ENCERRAMENTO

Sexta-feira, dia 24

11h: SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA ADOÇÃO - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Seminário "Atendimento e Proteção às Vítimas de Violência"

Comissão defende uma política pública em benefício às vítimas de violência

A violência seja ela urbana, sexual, doméstica ou institucional se constitui sempre numa grave violação dos direitos humanos. As pessoas que sofrem violência, geralmente, ficam com traumas físicos e psicológicos que podem limitar a vida social e profissional. Foi pensando neste grave problema que atinge cada vez mais a sociedade brasileira, que a Comissão de Direitos Humanos realizou no dia, **05/11/02**, o seminário Atendimento e Proteção às Vítimas de Violência.

Este debate tem como eixo principal discutir a criação de uma política pública voltada à proteção da vítima de violência. "Nosso intuito é que não somente a União tenha compromissos com implantação dessa política, mas que estados e municípios também assumam responsabilidade no que se refere à assistência e atendimento a essas pessoas", explica o presidente da CDH, deputado Orlando Fantazzini (PT/SP).

Entre os palestrantes estão o secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, Olmar Klich, representando o SOS Tortura, Nilda Turra, gerente do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Ministério da Justiça, entre outros.

O presidente da CDH, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), defende através do projeto de Lei Nº 7012/2002, que cada capital brasileira e cidades de porte médio e grande tenha um centro equipado por psicólogo, médico e um advogado para prestarem apoio e atendimento direto à população. No final do seminário será apresentada uma carta aberta a ser dirigida ao novo Presidente da República.

CDH participa do dia mundial de luta contra aids

A Comissão de Direitos Humanos sempre foi parceira na luta contra o preconceito e a discriminação aos portadores com HIV e Aids. Dessa parceria, entre a Coordenação Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, e Agências Internacionais e parlamentares surgiu a necessidade de discutir formas de reduzir o preconceito, que está instalado em pleno século XXI, por meio do "**Seminário sobre Preconceito e Discriminação Contra as Pessoas que vivem com HIV e Aids**". O Seminário foi realizado no dia **27/11/02**, em parceria com o Ministério da Saúde, e fez parte das celebrações do Dia Mundial de Luta Contra a Aids, dia 1º de dezembro.

O Seminário teve como finalidade debater, entre órgãos governamentais, e a sociedade civil organizada, a questão do preconceito contra as pessoas com HIV, de forma a construir novos instrumentos que possam contribuir para uma efetiva resposta nacional à epidemia de aids.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, o Brasil tem cerca de 600 mil portadores do HIV. De 1980 até setembro de 2001, foram registrados mais de 200 mil casos de Aids.

Além de integrantes da Comissão de Direitos Humanos, estiveram presentes representantes dos Ministérios da Saúde, Justiça, da UNESCO, da UNAIDS e ativistas. No Seminário foi lançada a campanha mundial de luta para 2003.

O deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos que integrou a mesa do Seminário, disse que, apesar dos avanços na busca do controle da doença, da maior divulgação sobre formas de transmissão do vírus e da redução de estigmas contra os soropositivos, o preconceito ainda é claramente manifesto. "Há exemplos recentes de crianças que são discriminadas em escolas e de pessoas demitidas no trabalho", aponta.

PROGRAMAÇÃO

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS QUE VIVEM COM HIV E AIDS

PROMOÇÃO: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, UNESCO E UNAIDS

PROGRAMAÇÃO

9h - MESA DE ABERTURA

- CÂMARA DOS DEPUTADOS
- MINISTÉRIO DA SAÚDE
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
- COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- DEP. NELSON PELLEGRINO
- UNAIDS
- CNAIDS
- UNESCO

9h30 - CONFERÊNCIA MAGNA

10h30 - 1ª MESA: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

- COORDENADOR: ABIA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS).

PAINELISTAS:

- DEPUTADO FERNANDO GABEIRA;
- SRA. ALEJANDRA PASCUAL - PROF.^a DR.^a UNB;
- SRA. ANA PAULA PRADO - REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL/RNP+.

12h - DEBATE

12h30 - ALMOÇO

14h - 2ª MESA: A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA TRABALHAR PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO COM PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS.

COORDENADOR: CÉLIO CUNHA, DA UNESCO.

PAINELISTAS:

- SR. RICARDO BALESTRERI, REPRESENTANTE DA REDE NACIONAL DE EDUCADORES EM DIREITOS HUMANOS;
- SR. SÉRGIO DE CÁSSIO SOUSA NASCIMENTO, REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL - GRUPO ATITUDE, CEILÂNDIA;
- SR. JOSÉ EDINALDO - PROFESSOR- CDDPH (MJ).

15h30 - DEBATE

16h - LANÇAMENTO CAMPANHA 2003 DA OIT COM O TEMA "DISCRIMINAÇÃO"

16h30 - ENTREGA DO PRÊMIO ESCOLA (UNESCO)

17h30 - COQUETEL DE ENCERRAMENTO

CDH realiza o "I Seminário Sobre Defensores de Direitos Humanos no Brasil"

DATA: **28/11/2002**

LOCAL: Plenário 09 da Câmara dos Deputados - Brasília/DF

HORÁRIO: 9H
PROGRAMAÇÃO
9H - ABERTURA
9H15 - HISTÓRICO DA TEMÁTICA DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS
10H - MECANISMOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DEFENSORES E PANORAMA DA SITUAÇÃO NO BRASIL
10H45 - DEBATE
12H - ALMOÇO
13H - PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS DEFENSORES NO BRASIL: DEPOIMENTOS
14H - PLENÁRIA DE DISCUSSÃO: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
16H - ENCAMINHAMENTOS E FORMAÇÃO DO COMITÊ ARTICULADO DE DEFENSORES
17h - ENCERRAMENTO

CDH NO III FÓRUM SOCIAL MUNDIAL - 24/01/02

A CDH participou, com uma oficina, no III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre-RS de 23 a 28 janeiro de 2003 por organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades civis e instituições religiosas de todo o mundo.

Oficina discute campanha contra a baixaria na tv

As entidades promotoras da campanha ***Quem financia a baixaria é contra a cidadania*** realizaram durante o III Fórum Social Mundial - FSM - no dia 24 de janeiro, das 14h30 às 18h, a oficina Controle Social dos Meios de Comunicação. O evento debateu a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara em parceria com 42 organizações da sociedade civil.

A campanha destina-se a valorizar o respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa nos programas da mídia. A verificação do conteúdo e a apuração de denúncias estão a cargo da Comissão de Acompanhamento da Mídia, formada por representantes de ONGs em direitos humanos, entidades de classe de jornalistas, publicitários e psicólogos, institutos de responsabilidade social das empresas e comunidade acadêmica em Comunicação Social. Os programas que atuam sistematicamente contra a legislação e convenções internacionais assinadas pelo Brasil serão notificados para evitar os abusos. Os que insistirem terão divulgados nos sites da rede de apoiadores da campanha e na imprensa os responsáveis pelo programa, os produtos e as empresas anunciantes.

A participação da campanha no Fórum foi orientada por três objetivos, "o primeiro é difundir a proposta entre as milhares de organizações, ativistas sociais e parlamentares presentes. O segundo é agregar novos parceiros à campanha, aperfeiçoando sua formulação e fortalecendo sua implementação. E o terceiro é debater e sensibilizar as redes de emissoras de televisão, agências de publicidade e anunciantes.

Na abertura da oficina a CDH aproveitou para fazer o lançamento da cartilha sobre a campanha, contendo orientações sobre o seu funcionamento, instituições responsáveis por zelar pelos direitos humanos na mídia, violações mais comuns e legislação pertinente.

Programação da Oficina

Abertura - O direito de ser respeitado pelos meios de comunicação: a gênese de uma campanha

Expositor: Deputado Orlando Fantazzini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Coordenador-Geral da Campanha

1º painel: Iniciativas para a valorização dos direitos humanos na mídia: A campanha contra a baixaria na TV e os códigos de ética das emissoras

Expositores: Laurindo Leal, professor da Escola de Comunicação da USP, membro da ONG Tver, representante da Comissão Dirigente da campanha;

Stella Cruz - ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão);

Roberto Wagner Monteiro - ABRATEL (Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações);

Debate aberto

2º painel: Controle e responsabilidade social na mídia

Expositores: Raquel Moreno, professora, presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado, representante da Comissão de Acompanhamento da Mídia;

Oded Grajew - Ethos, Instituto de responsabilidade social das empresas;

Representante da Associação Nacional dos Anunciantes em Publicidade

Carlos Novais - Associação Brasileira de Emissoras de Televisão Públicas, Estatais e Educativas

VII Conferência Nacional de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos realizou, em parceria com 40 entidades, a **VII Conferência Nacional de Direitos Humanos**, o mais representativo encontro do setor no país, nos dias **15, 16 e 17 de maio de 2002**. Participaram mais de 600 organizações públicas e da sociedade civil. As conclusões foram encaminhadas a todos os candidatos a presidente da República na época e a governador como plataforma suprapartidária para a prevenção e o combate à violência – eixo temático do evento.

"A Conferência propôs medidas que harmonizassem a redução da criminalidade com a implementação dos direitos humanos", explicou o presidente da CDH, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), acrescentando que o encontro contribuiu para construir "uma blindagem política e pedagógica contra os apelos regressivos que ressurgem em momentos eleitorais, explorando a crença de que violência combate a violência. "A melhor polícia também é a que mais respeita o cidadão", garantiu.

Secretário executivo do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o reverendo Romeu Olmar Klich, um dos organizadores, informou que "as várias dimensões da violência foram abordadas de forma multidisciplinar, com foco nas causas e soluções, investigando-se o peso dos diferentes fatores, como a relação entre pobreza e criminalidade, a revolta causada pelas desigualdades sociais, a existência de uma cultura da violência, o avanço do crime organizado, as drogas, o tráfico e a posse de armas". Para isso, serão formados seis grupos de trabalho, com facilitadores qualificados, que propõem ações nas áreas da justiça e segurança pública, educação, cultura, mídia, política e economia.

"Hoje o maior contingente de pessoas vitimadas em seus direitos humanos no Brasil são as vítimas da violência e suas famílias", acredita o deputado Fantazzini. Durante a Conferência foram definidos "parâmetros para um projeto de lei de autoria do Dep. Orlando Fantazzini criando o Sistema Nacional de Proteção às Vítimas da Violência, envolvendo sociedade civil e Estado".

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE Deputado Orlando Fantazzini

Saudações ao público e à Mesa:

1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, **Deputado Efraim Moraes**
Ministro da Justiça, **Miguel Reali Júnior**
Procurador-Geral da República, **Geraldo Brindeiro**
Secretário de Estado de Direitos Humanos, **Paulo Sérgio Pinheiro**
Representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, **Magali Silva Santos**, da Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
Representante do UNICEF no Brasil, **Reiko Niimi**
Coordenador do programa de direitos humanos da UNESCO no Brasil, **Carlos Alberto dos Santos Vieira**
Especialista da Comissão Interamericana de Direitos Humanos encarregado dos assuntos do Brasil, **Ignacio J. Alvarez**

No processo de preparação desta Conferência, a escolha do tema não foi uma dificuldade. A todos nós, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, que organizam este encontro, nos pareceu que o tema da hora era e continua sendo a questão da violência.

Não tivemos dúvidas porque, afinal, o fenômeno da violência assumiu proporções de guerra. O aumento vertiginoso dos índices de criminalidade tem causado na sociedade brasileira não só perdas humanas e materiais, mas a perda de valores, perda da tranquilidade, da espontaneidade, da confiança no futuro e tudo o mais que pode ser abrangido numa só palavra: Paz.

Outro aspecto que não devemos menosprezar são as implicações econômicas do problema. Pesquisas recentes indicam que a violência custa uma parte preciosa de nosso PIB. Reduzir nossos índices de violência transformou-se numa hoje condição fundamental também para o desenvolvimento do país.

Diante da inegável importância da questão, nosso desafio foi o de buscar uma forma adequada de tratá-la. Algumas premissas eram evidentes para nós. A primeira é que não é mais possível tratar o problema da violência apenas como uma questão de segurança pública, ou uma questão policial. Aliás, se o problema da violência se limitasse a esse aspecto, ele seria bem menos difícil de ser resolvido. Se o problema da violência fosse um problema somente de falta de recursos materiais para a polícia, não teria ocorrido o que ocorreu em São Paulo, onde, nos últimos anos, o formidável aumento de verbas para a polícia foi superado pelo aumento ainda maior dos índices de crimes violentos, como o sequestro e outros.

Mas enfrentar o problema da violência demanda verbas sim, muito além das que hoje são destinadas pelo Estado brasileiro. Aliás, a última notícia que temos nessa área não é de destinação, e sim, de corte. Um corte determinado pelo governo federal da ordem de 25% dos recursos orçamentários da segurança deste ano.

Tanto são insuficientes os recursos que a segurança privada se tornou não só um dos mais rentáveis negócios como uma forte evidência da desigualdade social em nosso país. Temos hoje mais agentes na segurança privada do que na segurança pública. Nesse contexto, as pessoas de posses, as grandes empresas, como os bancos, os shoppings, os condomínios de classe média, garantem um razoável nível de segurança. Já os cidadãos desfavorecidos, particularmente os jovens, esses estão expostos à insegurança num padrão de um país em guerra.

Desta forma, além de priorizar a segurança pública nos orçamentos públicos, é preciso lidar com a questão de forma integrada, como uma política estratégica de Estado. É preciso estabelecermos consensos sobre as causas da violência para preveni-las e combatê-las. Todos admitimos a existência da base social que produz a violência. Mas na hora de implementar as políticas públicas indispensáveis para enfrentar suas causas, as medidas não são tomadas, responsabilidades são transferidas, recursos são cortados em nome do ajuste fiscal, os programas sociais lançados limitam-se a uma parcela insignificante da demanda.

Ora, sem um esforço concentrado, no contexto de uma política estratégica de Estado para operar na contenção das causas da violência, estaremos fugindo do problema. Estaremos fugindo da responsabilidade para com os nossos filhos, estaremos negando aos jovens brasileiros a esperança, a chance de futuro, uma perspectiva de vida. Os jovens são os principais envolvidos na violência, como demonstraram os recentes indicadores produzidos pela Unesco. Por isso, cabe a nós, que ocupamos funções públicas, que atuamos em organizações do Estado, em organizações não-governamentais que atuam na esfera pública, nós que temos

condições de contribuir para mudar essa situação, cabe a nós fazer a nossa parte, no âmbito de nossa responsabilidade.

Além da firme vontade política, a situação requer boas propostas. Propostas que compatibilizem eficácia na redução da criminalidade com a implementação dos direitos humanos. Entendemos que este é o papel desta Conferência. Cabe a nós, neste momento pré-eleitoral, em que a sociedade e os partidos políticos debatem rumos para o país, cabe a nós provar que a melhor polícia é também a que mais respeita os direitos humanos, cabe a nós construir uma blindagem política e pedagógica contra os apelos regressivos que ressurgem nesses momentos eleitorais e que seduzem parcela importante da sociedade. Cabe a nós demonstrar que com a redução da idade penal, o endurecimento das condições carcerárias, a tolerância com a tortura nas delegacias e prisões, só conseguiremos embrutecer ainda mais os jovens que cometem delitos, transformar vítimas em algozes, despidos do respeito à vida e dos valores societários fundamentais. É nosso papel ter a coragem de proclamar e de demonstrar que não há segurança pública, não há combate à violência, fora dos parâmetros dos direitos humanos.

Se não nos restam dúvidas quanto ao tema desta Conferência, sua relevância e oportunidade, também é importante que tenhamos em mente quais devem ser os resultados deste nosso encontro. Talvez o mais importante produto seja oferecer as conclusões da Conferência aos partidos e candidatos às eleições de outubro como propostas suprapartidárias a ser consideradas em seus respectivos programas de segurança pública. Com essas propostas, tentaremos obter dos candidatos o compromisso em adotar políticas de segurança pública em harmonia com a plena vigência e o avanço na implementação dos direitos humanos, inclusive no que diz respeito aos que estão previstos no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Outro destinatário das resoluções desta Conferência deve ser o Congresso Nacional. Como todos se lembram, no momento do clamor social provocado pelo assassinato dos prefeitos Celso Daniel e Toninho do PT, Senado e Câmara criaram uma comissão especial para selecionar os projetos sobre segurança pública, enquanto a Câmara criou uma nova comissão permanente para tratar da segurança pública. Como resultado desse trabalho, sete projetos modificando o Código de Processo Penal já estão em pauta. Faremos chegar o resultado desta Conferência ao conhecimento de todos os parlamentares federais, e especialmente procuraremos obter das principais lideranças do Poder Legislativo o compromisso perante esta Conferência não só de apoiar medidas para a melhoria da segurança pública, mas que só aceitem colocar em votação proposições fundamentadas nos princípios constitucionais e nos instrumentos internacionais de defesa e promoção dos direitos humanos de que o Brasil é parte.

Aproveito essa oportunidade para agradecer de público o presidente desta Casa, Deputado Aécio Neves, que, atendendo a um requerimento nosso, aceitou encaminhar à Comissão de Direitos Humanos as matérias que tratam do combate à violência, para que recebam o parecer de nossa comissão, ou seja, um parecer que

busque assegurar a adequação da proposição legislativa aos parâmetros dos direitos humanos.

Mas o combate à violência não depende somente de mudanças legislativas, como às vezes certos discursos procuram fazer crer. Estamos totalmente convictos de que a prevenção e o combate à violência demandam sólida e abrangente política de Estado, que se expresse num conjunto de políticas públicas, numa definição de responsabilidades entre os diversos entes da federação, na produção sistemática de dados, na alocação de recursos públicos e investimentos em inteligência e produção de informações.

A criminalidade aumenta mais em decorrência da falta de políticas públicas para a prevenção e repressão ao crime do que por falta de leis. A criminalidade não está aumentando por falta de novas leis. Mas algumas se fazem necessárias no âmbito desse esforço integrado. E o Congresso Nacional vem atuando no aperfeiçoamento da legislação. A Comissão Mista de Segurança Pública, que se instalou em fevereiro, já encerrou seu trabalho de análise das centenas de proposições em tramitação. De todas elas, gostaríamos de destacar a reforma da Lei de Execução Penal, a proposta de alteração do Tribunal do Júri, a tipificação de novos crimes como o seqüestro relâmpago, a sugestão em projeto de lei prevendo a integração dos órgãos policiais entre outros. Essas matérias encontram-se na pauta do plenário da Câmara. E é preciso lembrar que, entre essas propostas legislativas em discussão, há aquelas que representam retrocessos.

Foi considerando a complexidade da questão da violência que esta Conferência foi estruturada de modo que as várias dimensões do problema sejam abordados de forma multidisciplinar, mas sempre com foco em suas causas e soluções. Com os seis grupos de trabalho, vamos analisar o peso dos diferentes fatores: a relação entre pobreza e criminalidade, a revolta causada pelas desigualdades sociais, a existência de uma cultura da violência, o crime organizado, as drogas, o tráfico e a posse de armas etc. Nossa intenção é que todos possamos enfatizar os aspectos da prevenção da violência. Mas é nossa intenção também desenhar um projeto para a criação do Sistema Nacional de Proteção às Vítimas da Violência, envolvendo sociedade civil e Estado.

Todos os aspectos relacionados à dinâmica da Conferência, os grupos de trabalho, são explicados no Manual do Participante, a que todos os inscritos tiveram acesso. Sugerimos a leitura atenta e, no caso de dúvidas, procurar os funcionários da Comissão de Direitos Humanos e os colaboradores do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos para desfazer eventuais dúvidas.

De cada um dos grupos vão sair propostas e moções que vão informar o documento final de resoluções desta conferência. Além disso, essas propostas e moções vão ser encaminhadas às autoridades responsáveis pelos assuntos em questão, além de serem publicadas no relatório da Conferência, a ser distribuído em todo o país.

Gostaria de ressaltar a importância que este encontro terá no sentido da integração do Brasil nos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. A Conferência já tem sido fator importante nessa direção, desde sua primeira edição. Desta vez, teremos um painel dedicado a ampliar o conhecimento sobre os sistemas interamericanos e das Nações Unidas, cada qual com seu representante, e com a participação de entidades peticionárias nesses sistemas. Temos certeza de que a VII Conferência será um marco histórico dessa integração brasileira.

Dada a presença nesta mesa do Sr. Ministro da Justiça e do Secretário de Estado de Direitos Humanos, não poderia deixar de fazer alguns comentários sobre o recente lançamento, pelo presidente da República, do Programa Nacional de Direitos Humanos II, que incorpora direitos econômicos, sociais e culturais. Essa incorporação demonstra que os direitos humanos se erigiram de forma definitiva como política de Estado, e o poder Executivo soube interpretar os movimentos em nossa sociedade que indicaram essa direção. Em conferências anteriores foi sendo construído o consenso em torno da indivisibilidade dos direitos humanos, com a consequente introdução dos direitos econômicos, sociais e culturais no PNDH. Essa conquista, que pertence a todos os que, aqui nesta Conferência ou espalhados pelo país, consagrada no plano das intenções por meio do PNDH, deve agora, com o esforço de todos nós, sociedade civil, Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, transformar em realidade de cada cidadão deste país.

Um primeiro passo nessa direção vamos dar com o painel de amanhã, em que será lançado o projeto “Relatores Nacionais de Direitos Humanos”. Esses relatores vão percorrer o Brasil, acessar todos os dados econômicos e sociais, para acompanhar o grau de implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais em nosso país, num trabalho pioneiro que tem esta Conferência como espaço de articulação e legitimação. Vale dizer, que um trabalho iniciado nessa Conferência, depois de vários passos adiante, retorna agora para mais uma etapa fundamental, o efetivo reconhecimento e a implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Gostaria de pedir a compreensão de todos para com as dificuldades de tempo que teremos na Conferência. Não será possível a todos os presentes intervir nas plenárias. Desta forma, propomos que os conferencistas escolham os grupos de trabalho em que os temas de sua preferência caibam melhor e atuem neles com todo o entusiasmo. Comunicamos que moções, expressas em poucas linhas de texto, podem ser apresentadas tanto nos grupos quanto à plenária final. Outro aviso: as autoridades públicas presentes terão seus nomes mencionados ao longo da Conferência, sem ordem hierárquica, na medida em que os nomes forem chegando à Mesa e esta puder ir citando-os sem prejuízos aos trabalhos.

Carta da Não-Violência: Pela Paz e Justiça Social

A violência cresce em todo o País e se expressa de várias formas. Em consequência da corrosão das bases da sociabilidade, cresce o isolamento e o individualismo. Ao tratar pessoas como se fossem coisas, rompem-se as condições da cidadania e atinge-se a dignidade da pessoa humana, especialmente das populações mais despossuídas e vulneráveis.

A violência pode ser expressão pura e simples da agressividade humana. Mas, no mais das vezes resulta da ruptura do diálogo democrático; da ausência de mecanismos de resolução de conflitos; da endêmica desigualdade e injustiça social e da não inclusão na agenda política de demandas legítimas de segmentos sociais marginalizados.

Reunidos na VII Conferência, organizações da sociedade civil, instituições públicas e representantes de organismos internacionais, examinamos o fenômeno da violência e suas relações com a economia, a educação, a justiça e a segurança pública, a cultura, a mídia e a política. Partilhamos com a sociedade brasileira as seguintes propostas.

É necessário redirecionar a política econômica na perspectiva da inclusão social e do desenvolvimento sustentável; reformar o Poder Judiciário, incluindo o controle social e a universalização do acesso à justiça; implementar medidas que assegurem informação plural, que dêem visibilidade e voz a todos os segmentos da sociedade; propiciar condições de ensino e profissionalização que habilitem a todos a realizarem-se como cidadãos; reforçar os espaços de expressão da diversidade cultural a fim de reforçar a convivência entre diferentes grupos sociais e; investir na organização da sociedade e na promoção da participação direta nos espaços públicos.

Em lugar de se limitar à aplicação de medidas repressivas, o combate à violência requer a produção sistemática de dados que permitam compreender e atuar sobre as causas da violência e a consolidação de instrumentos e espaços políticos de intermediação dos conflitos, redefinindo-se inclusive o papel dos agentes públicos de controle da violência numa perspectiva dos direitos humanos.

As vítimas da violência constituem o mais numeroso contingente de pessoas violadas em seus direitos humanos. Reafirmando que direitos humanos são direitos de todos, propomos a criação de um Sistema Nacional de Assistência à Vítima da Violência, por meio de legislação federal, envolvendo Estado e sociedade civil, com orçamento específico.

Oferecemos a todos os partidos políticos e candidatos a presidente da República e governador de Estado as resoluções desta Conferência, como plataforma suprapartidária destinada a contribuir para uma política de prevenção e combate à violência como política de Estado, centrada nos direitos humanos. Propomos a todos os candidatos à Presidência da República a realização de um debate sobre direitos humanos em todas as suas dimensões, a ser realizado pela Comissão de Direitos Humanos e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos em data a ser acertada entre os interessados.

Brasília, 17 de maio de 2002.

Programação

Um Brasil sem violência: tarefa de todos

15 de maio de 2002, a partir das 14h, encerrando dia 17, às 13h,
Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, Brasília.

Programação

Quarta-feira, 15 de maio

14h30 às 16h: Plenária de Abertura para comunicações gerais inscritas previamente

Coordenação da Mesa: Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP) e a representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), Cláudia de Paula, da DST-Aids

16h às 16h30: Intervalo para café

16h30 às 18h: Plenária para comunicações gerais inscritas na hora

Coordenação da Mesa: Deputado Orlando Fantazzini e o representante do FENDH, Deputado Wasny de Roure, Presidente da CDH da Câmara Legislativa do Distrito Federal

18h às 18h30: Lançamento coletivo de livros e abertura das exposições "Passarela dos Direitos Humanos" e "Êxodos", de Sebastião Salgado.

18h30: Abertura Solene

Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)

Ministro da Justiça, Miguel Reali Júnior

Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP)

Secretário de Estado de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro

Representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Magali Silva Santos, da Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento

Representante do UNICEF no Brasil, Reiko Niimi

Coordenadora de Desenvolvimento Social da UNESCO, Marlova Jovchelovitch Noletto

Especialista da Comissão Interamericana de Direitos Humanos encarregado dos assuntos do Brasil, Ignacio J. Alvarez

19h: Conferência magna

Vice-Prefeito de São Paulo e Ex-Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Hélio Bicudo

Coordenação da Mesa: Deputado Orlando Fantazzini e o representante do FENDH, Romeu Olmar Klich, Secretário Executivo do MNDH

20h: Encerramento

Quinta-feira, 16 de maio

9h30 às 11h30: Painel "Os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos como meios de reparação da violência"

Coordenação da Mesa: Deputado Padre Roque (PT-PR) e o representante do FENDH, Renato Zerbini Ribeiro Leão, Diretor Executivo do Centro de Proteção Internacional dos Direitos Humanos

Expositores: Especialista da Comissão Interamericana de Direitos Humanos encarregado dos assuntos do Brasil, Ignacio Alvarez

Representante do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Direitos Humanos, Roberto Garreton

Secretário Geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Reverendo Romeu Olmar Klich

Diretora do CEJIL-Brasil, Liliana Tojo

Diretor do Centro de Justiça Global, James Cavallaro

11h50 às 12h30: Painel: "Lançamento do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais"

Coordenação da Mesa: Deputado Orlando Fantazzini e representante do FENDH, Janaína Dutra (ABGLT)

Expositores: Diretor do Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Jaime Benvenuto Lima

Representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Deputado Nilmário Miranda (PT-MG)

Secretário de Estado de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro

Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Dirk Hegmanns

12h30 às 14h: Intervalo para almoço

14h às 18h30: Grupos de Trabalho – Auditórios do Anexo I da Câmara dos Deputados

1. Violência e sua superação no âmbito da Economia,
2. Violência e sua Superação no âmbito da Educação,
3. Violência e sua superação no âmbito da Justiça e da Segurança Pública;
4. Violência e sua superação na âmbito da Cultura,
5. Violência e sua superação no âmbito da Mídia,
6. Violência e sua superação no âmbito da Política.

18h30 às 20h: Reunião da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plenário do Anexo II)

20h: Encontro informal no Restaurante e Chopperia do Bráz (Setor Hoteleiro Sul)

Sexta-feira, 17 de maio

9h às 13h: Plenária final

Apresentação e discussão dos relatórios dos Grupos de Trabalho

Aprovação do documento de Resoluções da Conferência

Mesa: Presidente da CDH, Deputado Orlando Fantazzini; Representante do FENDH, Jussara de Goiás, Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, Hugo Luis Castro de Mello; Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Maria Eliane Menezes de Faria; Representante do Poder Judiciário.

O tema

O eixo temático da VII Conferência, **Prevenção e Combate à Violência**, foi escolhido pelo Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos por ser atual e desafiador, capaz de mobilizar e despertar o interesse de militantes e autoridades públicas, integrando temas conexos e grupos organizados. As conclusões serão oferecidas aos partidos e candidatos às eleições de outubro como propostas suprapartidárias em resposta ao clamor social por políticas de segurança pública.

Tais propostas deverão demonstrar a compatibilidade entre eficiência na redução da criminalidade e o avanço na implementação dos direitos humanos em todas as esferas da administração. Evidenciaremos que a melhor polícia é também a que mais respeita os direitos humanos. Construiremos uma blindagem política e pedagógica contra os apelos regressivos que ressurgem em momentos eleitorais. Pretendemos assim contribuir no combate à crença e às práticas desumanas e ineficazes de empregar a violência contra a violência, por meio de medidas do tipo redução da idade penal, endurecimento das condições carcerárias, pena de morte e prisão perpétua.

As várias dimensões da violência serão abordadas de forma multidisciplinar, com foco em suas causas e soluções. Para propor alternativas, buscaremos entender a incidência dos diferentes fatores, como a relação entre pobreza e criminalidade, a

revolta causada pelas desigualdades sociais, a existência de uma cultura da violência, o crime organizado, as drogas, o tráfico e a posse de armas etc. Daremos ênfase na prevenção da violência, analisada em suas diferentes dimensões, não só como causa mas como conseqüência de fenômenos estruturais. Procuraremos dar conta da complexidade dos danos causados pela violência e avançaremos na definição de uma proposta de Sistema Nacional de Proteção às Vítimas da Violência, envolvendo sociedade civil e Estado.

A Metodologia

As plenárias, os painéis e os Grupos de Trabalho (GT) da Conferência não têm caráter deliberativo. As conclusões, recomendações e moções aprovadas por consenso ou ampla maioria – a juízo da Mesa – compõem declaração dirigida aos poderes públicos e à sociedade civil, além de constituir-se referência para nossa própria ação. O relatório do encontro é editado na forma de livro e distribuído em todo o país.

Todas as plenárias e o painel serão realizadas no Auditório Nereu Ramos. A Conferência começa com uma plenária de abertura para comunicações gerais, destinada a intervenções sobre assuntos de interesse geral que não se subordinam diretamente ao eixo temático central. Havendo mais solicitações de intervenções do que o tempo permite, o FENDH selecionará as 9, com base nos critérios de diversidade e relevância temática. A segunda etapa da plenária de abertura, das 16h30 às 18h30, se destina às intervenções de organizações e pessoas que individualmente se inscreverem durante a própria plenária.

No segundo dia, das 9h às 12h30, os dois painéis serão realizados no auditório Nereu Ramos. E à tarde, os Grupos de Trabalho terão lugar nos plenários do Anexo II da Câmara. No dia 17, das 9h às 13h, serão apresentados e debatidos os relatórios dos GTs, moções e o documento final da Conferência, contendo suas principais resoluções e propostas. Na tarde do dia 18 haverá um ato público em Brasília abrindo o Dia Nacional de Luta contra a Exploração Sexual de Criança e Adolescente, para o qual estão todos os conferencistas convidados. Outras atividades alusivas ao tema serão realizadas em Brasília durante a semana.

Os Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho (GT) são parte integrante da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Eles se reunirão em plenários do Anexo II da Câmara, no dia 16 de maio, das 14h às 18h30. Os relatórios contendo as sínteses dos debates dos seis GTs serão apresentados pelos respectivos relatores e debatidos pela plenária geral no dia 17, das 9h às 11h no auditório Nereu Ramos.

O objetivo do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), ao organizar os GTs dessa forma, foi o de assegurar uma abordagem integral do eixo temático, reunindo nos grupos a mais ampla diversidade possível de experiências, evitando a formação de redutos isolados com pessoas das mesmas áreas de atuação (segurança pública, direitos da criança, negro, portador de deficiência, mulher etc). Sem prejuízo da contribuição que cada um dos grupos trouxer, a intenção é otimizar a interação deles com os demais.

Como nas edições anteriores da Conferência, os Grupos de Trabalho terão papel fundamental no sentido de permitir a participação direta de todos os presentes, além de aprofundar e desdobrar o tema central. O que muda este ano, atendendo a diversas sugestões, é a organização dos grupos de acordo com o âmbito em que a

violência ocorre, se reproduz e deve ser combatida: 1. Economia, 2. Educação, 3. Justiça e Segurança Pública, 4. Cultura, 5. Mídia e 6. Política.

Todos os GTs darão início a seus debates com quatro intervenções assim denominadas: I) Apresentação e Perspectiva Histórica, II) O Debate Atual, III) Formulando Novas Propostas e IV) Melhores Práticas. Os facilitadores serão escolhidos pelo FENDH entre pessoas com saber e diversidade de pontos de vista sobre os temas em discussão. Cada um dos deles terá 10m para fazer sua exposição inicial. Ao coordenador de cada GT cabe presidir os trabalhos, passando a palavra aos inscritos e fazendo observar a ordem e os objetivos do grupo. Ao relator cabe sintetizar os debates do GT num relatório escrito de até 50 linhas e apresentá-lo oralmente na plenária final em, no máximo, 10m. Os seis GTs se reunirão nos plenários das comissões da Câmara, localizados no Anexo II.

Foram definidos pelo Fórum os seguintes critérios para a formação dos GTs: os coordenadores serão escolhidos entre dirigentes de organizações membros do FENDH; os relatores serão escolhidos entre especialistas no tema do grupo; procurar-se-á, tanto quanto possível, adotar, na definição desses nomes, os critérios de distribuição geográfica, étnica, de gênero e participação em grupos e movimentos atuantes em direitos humanos. Os facilitadores serão escolhidos pelo FENDH entre pessoas com saber e diversidade de pontos de vista sobre os temas em discussão.

Grupo 1: A violência e sua superação no âmbito da Economia

Coordenador: Márcio Sanchez (MNMMR)

Relator: José Magalhães (Cáritas Brasileira)

Histórico: Marcos Faro de Castro (UnB)

Debate atual: Ronaldo Garcia (IPEA)

Novas Propostas: Austregésilo Ferreira Melo (INESC)

Melhores experiências: Orçamento Participativo do Rio Grande do Sul

Grupo 2: A violência e sua superação no âmbito da Educação

Coordenador: Cláudio Beirão (CIMI)

Relator: Roberto Monte (Rede Educação em Direitos Humanos, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte)

Histórico: Pedro Wilson (Prefeito de Goiânia-GO)

Debate atual: Maria Eliane Menezes de Farias (Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão)

Novas Propostas: Deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG)

Melhores experiências: Luis Henrique (ONG Anima Mundi – SP)

Grupo 3: A violência e sua superação no âmbito do sistema de Justiça e de Segurança Pública

Coordenador: Joelson Dias (Comissão Nacional de Direitos Humanos - OAB)

Relator: Darci Frigo (Comissão Pastoral da Terra)

Histórico: Roberto Aguiar (Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro)

Debate atual: Roberto Freitas (Presidente da CNDH da OAB e da Associação Nacional de Defensores Públicos)

Novas Propostas: Sílvia Ramos (Universidade Cândido Mendes - RJ)

Melhores Experiências: I - Projeto Justiça Comunitária do DF – Carmen Mícia Bittencourt, coordenadora do projeto; e II – Trabalhos educativos da ABGLT para a

superação da violência e preconceito - Marcelo Nascimento, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT

Grupo 4: A violência e sua superação no âmbito da Cultura

Coordenador: Iradj Eghrari (Comunidade Bahá'í)

Relator: Ricardo José (UnB)

Histórico: Emílio Henrique (Núcleo de Estudos da Violência da UFRJ)

Debate atual: Carlos Alberto dos Santos Vieira (UNESCO)

Novas Propostas: Sônia Nascimento (Geledés-SP)

Melhores Experiências: Feizi Milani (INPAZ)

Grupo 5: A violência e sua superação no âmbito da Mídia

Coordenadora: Tania Montoro (UnB)

Relator: José Arbex (Jornalista da Caros Amigos)

Histórico: Cecília Coimbra (Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e UFF)

Debate atual: Deputado e Jornalista Fernando Gabeira (PT-RJ)

Novas Propostas: Beth Costa (Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ)

Melhores experiências: Programa "Violência Zero", coordenado por Marcos Collares (OAB-CE)

Grupo 6: A violência e sua superação no âmbito da Política

Coordenadora: Nazareth Gadelha (MNDH- Centro de Direitos Humanos de Rio Branco - AC)

Relator: Irene Maria dos Santos (Ibrace-GO)

Histórico: Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (Fase-RJ)

Debate atual: Jacques Afonsín (Rede Nacional de Advogados Populares - RENAP - e Acesso-RS)

Novas Propostas: Paulo Carbonari (Plataforma Brasileira dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)

Melhores experiências: Luta pelo fim da impunidade parlamentar - Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)

Promoção

Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e

Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

Todas as seis Conferências Nacionais de Direitos Humanos anteriores resultaram de parcerias entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e organizações da sociedade civil e outras instituições públicas. Na VI Conferência, destacou-se a preocupação no sentido de que fosse mais orgânico o encaminhamento das resoluções e a preparação da Conferência seguinte. Com base nessas organizações, foi então constituído o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), que no período entre a VI e a VII Conferência, realizou reuniões mensais em 2001 e semanais a partir de fevereiro de 2002.

Entre outras ações do FENDH, cabe assinalar o encontro que manteve com os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de comissões legislativas para requerer, em consonância com as resoluções da VI Conferência, a votação e aprovação da emenda à Constituição que restringia a imunidade parlamentar, a emenda que federaliza os crimes contra os direitos humanos e o projeto que cria o Conselho Nacional de Direitos Humanos. A primeira proposta, como sabemos, já converteu-se em lei, enquanto as duas últimas, depois de aprovadas na Câmara, aguardam decisão do Senado.

Integrado por 40 entidades, o Fórum é um espaço informal, aberto a outras organizações nacionais que queiram participar. Os contatos podem ser feitos por meio da Comissão de Direitos Humanos ou do Movimento Nacional de Direitos Humanos, que prestam os serviços de secretariado do Fórum.

Entidades integrantes do FENDH

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

(061)226-3566

acnur@mj.gov.br

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (061)273-3551

agende@agende.org.br

ALIANÇA MUNDIAL PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS

(061)347-4914

flvalente@tecnolink.com.br

AMB - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

(061) 328-0166

amb@amb.com.br

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

(061)328.1664

cfemea@cfemea.org.br

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS

(061)225-6955

E-mail: marciokoshaka@uol.com.br

CARITAS BRASILEIRA-CNBB

(061)325.747

caritas@caritasbrasileira.org

CEJIL - CENTRO PELA JUSTIÇA E DIREITO INTERNACIONAL

(21) 2533-1660

E-MAIL: cejilbrasil@ax.apc.org

CENTRO DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

(061)344-1696

dalmaso@tba.com.br

CEPIA - CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO

(021) 2265.1599

forumcivil@alternex.com.br

CFEMEA

(061)328-1664

cfemea@cfemea.org.br

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

(061)322-7582

cimi@embratel.net.br

COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA OAB

(061)316-9673

barbosa_dias@terra.com.br

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ

(061)313.8328

cbjp@cbjp.org.br

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

(061)348-8700

direitoshumanos@cl.df.gov.br

COMUNIDADE BAHÁ'Í DO BRASIL

(061)364-3594

secxt@bahai.org.br

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

(061)429-0100

cotec@psicologia-online.org.br

CONIC - CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS

(061)321-4034/8341

conic.brasil@zaz.com.br

COORDENAÇÃO NACIONAL DST/AIDS

(061)448.8125, 8124

claudiap@aids.gov.br

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

(062) 212-6466

cptnac@cultura.com.br

FENAJ - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

(061) 244-0650

fenaj@fenaj.org.br

FORUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

(061)349-5202

forumdca@brhs.com.br

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

(061)364.3594

iradj@zaz.com.br

IBASE

(061)321-3363

ivonio@intelecto.net

INESC

(061)226-8093

inesc@inesc.org.br

CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL

(021) 2547-7391

cavallaro@global.org.br

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

(061)273-7170

mndh@mndh.org.br

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

(061) 226.9634

mnmmr@apis.com.br

MST

(061)322-5035

mstdf@terra.com.br

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

(054) 313-1352

paulo@berthier.com.br

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

(061)313-5283

pfdc001@pgr.mpf.gov.br

REDE BRASIL CONTRA A TORTURA

(061)317-4853

lucianomarizmaia@uol.com.br

REDE SOCIAL DE DIREITOS HUMANOS

(011) 3275-4789

[rede@social.org.br](mailto:redesocial.org.br)

UNICEF

(061)3035-1964

asutton@unicef.org.br

UNESCO

(061)321.3525

uhbrz@unesco.org.br

BSGI - BRASIL SOKA GAKAI INTERNACIONAL

(061)242-0833

rp_bsb@terra.com.br

CONADE - CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

(061)429.3673

conade@mj.gov.br

FÓRUM NACIONAL DE DISCUSSÃO E ATUAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL

(061)321.0913

barbosa_dias@terra.com.br

CAPOIB - COORDENAÇÃO DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

(061)386.3424

coiabbsb@terra.com.br

AS CONFERÊNCIAS E SEUS RESULTADOS

A Conferência Nacional de Direitos Humanos é um espaço solidário, democrático e pluralista de definição de estratégias para a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil e para a plena integração do país nos sistemas internacionais da área. Ao longo de seis edições, a Conferência consolidou-se como encontro anual entre variados atores dessa plataforma de luta, quer atuem nas instituições do Estado, quer nas organizações da sociedade civil numa rica troca de experiências e idéias.

O Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FNEDH), formado por 40 entidades parceiras da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tem sido designado nas próprias conferências para organizar esse que já se consolidou como o mais representativo encontro de ativistas e autoridades públicas do setor.

A **I Conferência Nacional de Direitos Humanos**, realizada em 1996, foi um momento-chave de elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos

(PNDH). Ali o Ministério da Justiça recolheu propostas, muitas das quais emergiram de debates prévios organizados por região e por setor de atividade. Parte das propostas da I Conferência foram incorporadas pelo PNDH e outras converteram-se em referências para seu aperfeiçoamento.

A **II Conferência**, de 1997, avaliou a aplicabilidade do PNDH e levantou novas propostas para complementá-lo. Críticas sobre a falta de implementação do PNDH foram expostas, ao lado de sugestões para preencher lacunas deixadas pela redação original. A avaliação crítica da II Conferência pressionou o Poder Executivo a atuar mais intensamente na implementação do PNDH e o Congresso Nacional a apreciar projetos da área. Também ganhou corpo e forma a idéia de criação de Programas Estaduais de Direitos Humanos.

A **III Conferência**, de 1998, impulsionou a integração do Brasil na jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo debatido com profundidade a participação do país no sistema americano de proteção dos direitos humanos. Por coincidir com o Cinquentenário da Declaração Universal de Direitos Humanos, propiciou uma comemoração e reflexão sobre sua atualidade e aplicabilidade. Estimulou a disseminação e fortalecimento de organismos de direitos humanos em nível municipal e estadual, no interior de órgãos do poder público e em entidades da sociedade civil.

A **IV Conferência Nacional de Direitos Humanos**, em 1999, buscou, com a experiência acumulada, aperfeiçoar seus próprios mecanismos de funcionamento, visando obter mais eficácia e visibilidade em seus resultados. Resultou disso a criação de uma comissão permanente para coordenar algumas deliberações do evento, no caso, a elaboração do Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A elaboração desse documento e sua entrega à ONU foi a principal forma de resgatar o compromisso de priorizar, no ano 2000, a atuação dos conferencistas na dimensão econômica, social e cultural dos direitos humanos, sem prejuízo das demais dimensões ou gerações desses direitos, coerente assim com o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos.

A **V Conferência**, sintonizada com a realidade brasileira e somando com a campanha da ONU do ano 2000 pela paz, concentrou-se no debate da questão da violência, desde sua expressão doméstica até a institucional, além de suas relações com a exclusão, a discriminação e o preconceito. No marco histórico nacional daquele ano, o lema da V Conferência, "Brasil 500 anos: descubra os direitos humanos", ensejou a avaliação das violações sistemáticas ao longo dos cinco séculos passados e nos convocou a difundir os princípios humanistas como paradigmas de uma era sem exclusão, violência e discriminação. Foi definida prioridade no combate à tortura, decisão que implementada com a criação da Rede Brasileira Contra a Tortura e de uma campanha nacional pela abolição dessa prática no país.

A **VI Conferência** lançou a Campanha Nacional Contra a Impunidade, que contribuiu para pautar e aprovar legislação que acabou com a imunidade parlamentar em crimes comuns. Estimulou o engajamento na preparação da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e outras Formas de Intolerância e na implementação do Plano de Ação resultante. Defendeu a construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos independente, pluralista e com capacidade investigatória. Cobrou do Poder Executivo efetiva implementação

do Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como sua atualização em termos de conteúdo, planejamento e cronograma de implantação. Exigiu maior transparência do governo na produção dos relatórios aos organismos internacionais de monitoramento e ratificação dos novos atos internacionais destinados ao aperfeiçoamento e democratização do acesso às instâncias regionais e global de proteção dos direitos humanos. Finalmente, a VI Conferência foi um marco no engajamento do movimento de direitos humanos do Brasil na sua dimensão econômica e social, ao reivindicar maior divulgação do papel das instituições financeiras e comerciais internacionais, como FMI, Banco Mundial e OMC, entre outras, a fim de ampliar as condições de seu monitoramento pela sociedade civil, vez que tais instituições têm defendido interesses contrários aos direitos humanos.

SUBCOMISSÃO

1. **SUBCOMISSÃO ESPECIAL** destinada a realizar reunião conjuntas com autoridades do estado do Espírito Santo, para tomar conhecimento e sugerir providências emergenciais no sentido de coibir a situação de violência e desrespeito em massa aos direitos humanos.
Coordenador: Deputado Orlando Fantazzini

MISSÕES EXTERNAS

Muitas vezes não é possível constituir uma subcomissão, mas é viável enviar um representante da Comissão de Direitos Humanos a determinado lugar para acompanhar os desdobramentos de casos ou participar de evento representando a CDH. Para essas representações, foram realizadas, em 2001, designações para as seguintes missões:

MISSÕES PARLAMENTARES DA CDH EM 2002

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Nilmário Miranda	Reuniões e encontros com autoridades públicas e representantes de grupos em conflitos na Colômbia - Plano Colômbia	06 a 09/02	Bogotá, Colômbia

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Marcos Rolim	Verificar denúncias de exploração sexual de índias yanomami por parte de soldados do Exército que servem nos pelotões da fronteira localizados na terra indígena Yanomami e participar da XX Assembléia-Geral dos índios Tuxauas que reunirá as principais lideranças indígenas do Estado de Roraima	08/02	Boa Vista/RR
Marcos Rolim	Cerimonia de lançamento do Pacto Pernambucano pelo Desarmamento	20/02	Recife/PE
Marcos Rolim, Alberto Fraga e Cabo Júlio	VI Caravana Nacional de Direitos Humanos, sobre o tema Sistema de Internação de crianças e adolescentes e instituições similares	01 a 08/03	Belém/PA, Aracaju/SE, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Brasília/DF
Marcos Rolim e Régis Cavalcante	Audiência com autoridades de Maceió/AL com a finalidade de negociar formas de pacificar o Centro de Ressocialização de Menores de Maceió	20/03	Maceió/AL
Nilmário Miranda e Nelson Trad	Atos públicos, manifestações e encontros com autoridades do município de Mundo Novo/MS, com a finalidade de reprimir ameaças de morte que vem sofrendo o prefeito daquele município, o Sr. Humberto Carlos Ramos.	28/03	Mundo Novo/MS
Nilmário Miranda	Ouvir testemunhas e verificar indícios de violação de direitos, nas regiões do Rio de Janeiro e de Foz do Iguaçu/PR.	29/03 e 03/04	Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu/PR
Nilmário Miranda	Verificar suposto caso de tortura ocorrido em Foz do Iguaçu/PR, praticado por dois policiais militares contra dois suspeitos.	03 e 04/04	Foz do Iguaçu/PR

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Luiz Eduardo Greenhalgh, Orlando Fantazzini e Flávio Arns	Visita à FEBEM/SP, em companhia do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência/MJ, com a finalidade de verificar denúncias de que pessoas portadoras de deficiência estariam entre os adolescentes em unidades da FEBEM de São Paulo, e que os mesmos teriam sofrido violências, agressões e maus-tratos nos episódios de rebelião	03 e 04/04	São Paulo/SP
Nilmário Miranda	Proceder à verificação, em Montes Claros/MG, de suposta existência de celas destinadas a crianças e adolescentes na cadeia pública local, contrariando normas expressas do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Execuções Penais e princípios relacionados aos direitos humanos	19/04	Montes Claros/MG
Nilmário Miranda	Acompanhar o desdobramento de fatos relacionados à doação e possível venda de órgãos humanos, em Poços de Caldas/MG	24/04	Poços de Caldas/MG
Nelson Pellegrino	Solenidade de abertura do curso de treinamento no combate à discriminação racial - Uma Estratégia Internacional".	24/04	Salvador/BA
Marcos Rolim e Padre Roque	Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio	02/05	Curitiba/PR
Nelson Pellegrino	Mesa redonda sobre "Tortura - a investigação brasileira"	02/05	Salvador/BA
Nelson Pellegrino e Nilmário Miranda	Reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU	05 a 09/05	Genebra/Suíça
Orlando Fantazzini, Oliveira Filho e Wellington Dias	Visita ao município de Caxias/MA, com a finalidade de verificarem denúncias de rituais macabros com sacrifícios humanos de crianças.	09/05	Caxias/MA
Nelson Pellegrino	II Seminário Nac. dos Conselhos Deliberativos dos Programas de Prot. a Vítimas e Testemunhas	10/05	São Paulo/SP
Orlando Fantazzini	Acompanhar denúncia feita por familiares de Raphael Munhoz, preso em razão de acusação injusta Seguida de tortura e fraude, promovida por policiais civis e militares da cidade de Guarulhos/SP	10/05	Guarulhos/SP

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Nelson Pellegrino	Reunião das Comissões Política Carcerária e de Assuntos Políticos do Parlatino Latino Americano	17 e 18/05	São Paulo/SP
Orlando Fantazzini, Wellington Dias, Oliveira Filho e Sebastião Madeira	Verificar e apurar denúncias de rituais macabros com sacrifícios de crianças no município de Caxias/MA	21/05	Caxias/MA
Padre Roque e Flávio Arns	Apurar denúncias de que presos pagam mensalidade para viver na Penitenciária Central do Paraná, em Piraquara, região metropolitana de Curitiba/PR.	22/05	Piraquara, região metropolitana de Curitiba/PR
Orlando Fantazzini e Luiz Eduardo Greenhalgh	Verificar denúncias de cobrança indevida aos familiares de presos do Carandiru, para a entrada de objetos pessoais, como cobertores e remédios, destinados aos apenados daquele presídio	23/05	São Paulo/SP
Nelson Pellegrino	I Colóquio Internacional de Direitos Humanos, como expositor, no painel "Crime Organizado e Poder Público"	24/05	São Paulo/SP
Nelson Pellegrino	Acompanhar a delicada situação sobre os fatos ocorridos em Palmas/TO, em consequência da paralisação da Polícia Militar daquele estado.	28 a 30/05	Palmas/TO
Orlando Fantazzini	Acompanhar depoimentos de testemunhas sobre a existência de uma rede de exploração sexual de adolescentes no Estado do Maranhão, em Caxias/MA	07/06	Caxias/MA
Nelson Pellegrino	Seminário sobre direitos humanos, como expositor, no painel Democracia, Direitos Humanos e Exclusão Social	13/06	São Luís/MA
Padre Roque	Acompanhar as negociações entre os presos rebelados da Penitenciária Central do Estado do Paraná e as autoridades locais	12 e 13/06	Paraná
Luiz Eduardo Greenhalgh	Acompanhar o julgamento do acusado de ser o mandante do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves	18 e 19/06	João Pessoa/PB
Orlando Fantazzini e Lamartine Posella	Acompanhar o julgamento do Cel. Ubiratan Guimarães, responsável pela operação militar que culminou com a morte de 111 presos na Penitenciária do Estado de São Paulo, em 1992.	19, 20 e 21/06	São Paulo/SP

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Nelson Pellegrino	Assembléia Especial da ONU para discussão do HIV-AIDS em NY	23 a 28/06	Nova Iorque
Marcos Rolim	Seminário "O Poder Legislativo na defesa dos direitos das crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social no RS.	29/06	Porto Alegre/RS
Nelson Pellegrino e Orlando Fantazzini	Seminário "Projeto Segurança Pública "	30/06	Recife/PE
Flávio Arns	XX Congresso Nacional das APAEs	10 e 13/07	Fortaleza/CE
Luiz Eduardo Greenhalgh, De Velasco	Audiência com testemunhas da Guerrilha do Araguaia e proceder a eventuais diligências necessárias aos trabalhos de apuração de informações sobre pessoas desaparecidas na referida guerrilha	18 e 19/07	Carajás/PA
Ana Corso	Audiência com o Governador do Rio Grande do Sul, com a finalidade de tratar sobre a volta do menino Iruan Ergui Wu ao Brasil	07/08	Porto Alegre/RS
Orlando Fantazzini	Verificar denúncias de maus-tratos a presos, com diversas mortes e tentativa de fugas, na Penitenciária de Segurança Máxima "José Mário Alves da Silva", em Porto Velho/RO	14 e 15 de agosto	Porto Velho/RO
Padre Roque e Orlando Fantazzini	Apurar denúncias de maus-tratos a presos, com diversas mortes e tentativa de fugas, no Presídio da Penitenciária de Segurança Máxima "José Mário Alves da Silva", em Porto Velho/RO	14/08	Porto Velho/RO
Nelson Pellegrino, Jorge Pinheiro, Jaques Wagner, José Rocha e João Almeida	Audiências públicas nos municípios de Carinhanha e Serra do Ramalho, no Estado da Bahia, com a finalidade de apurar denúncias relativas a violações de direitos humanos	22 e 23/08	Carinhanha e Serra do Ramalho/BA
Orlando Fantazzini	Apurar denúncia relativa a crianças e adolescentes envolvidas em prostituição e ameaçadas de morte na cidade de Campina Grande, Paraíba	28/08	Campina Grande, Paraíba
Nelson Pellegrino	III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata	31/08 a 07/09	Durban, África do Sul

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Orlando Fantazzini	Acompanhar as investigações sobre o assassinato do Prefeito de Campinas/SP, Antônio da Costa Santos, ocorrida em 10 de setembro/2001	11/09	Campinas/SP
Orlando Fantazzini e Luiz Eduardo Greenhalgh	Acompanhar os desdobramentos do assassinato do prefeito de Campinas/SP, Antônio da Costa Santos, ocorrido no dia 10 de setembro de 2001.	11/09	Campinas/SP
Orlando Fantazzini	Acompanhar as investigações sobre as mortes de 6 presos no Presídio de Segurança Máxima José Mário Alves da Silva, no dia 11 de setembro/2001	13/09	Porto Velho/RO
Nilmário Miranda e Fernando Ferro	Audiências Públicas na cidade de Itambé/PE, com a finalidade de tratar sobre a existência de grupos de extermínios naquele município e na cidade de Pesqueira/PE para apurar atrocidades a que vêm sendo submetidos os índios Xucurus	17 e 18/09	Itambé/PE e Pesqueira/PE
Nelson Pellegrino, Babá e Socorro Gomes	Audiências públicas nas cidades de Marabá e Altamira, no Estado do Pará, com o objetivo de conhecer a situação atual de violência na região sul desse estado e propor medidas para proibir os crimes contra a vida e outros delitos graves, principalmente os praticados pelo chamado "crime organizado" e os que atingem grupos sociais e/ou suas lideranças	04 e 05/10	Marabá e Altamira/PA
Orlando Fantazzini	Apurar denúncia de violência contra jovens na cidade de Paço do Lumiar/MA, sobretudo no que diz respeito a emasculações no município de Paço do Lumiar	16/10	Paço do Lumiar/MA
Nelson Pellegrino	Seminário para discutir o Orçamento Público Estadual para a questão racial	17 e 18/10	Salvador/BA

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Nelson Pellegrino	Audiência pública com a finalidade de ouvir depoimentos sobre a situação de operários da Companhia Siderúrgica Nacional, vítimas de contaminação química por benzolismo, bem como propor medidas para solucionar este grave problema que acomete os trabalhadores	19/10	Volta Redonda/RJ
Padre Roque e Marcos Rolim	Visita a asilos e similares com o objetivo de averiguar o atendimento dos direitos fundamentais da pessoa humana internada naquelas instituições	15 a 20/10	S.Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE, Curitiba/PR e Londrina/PR
Luiz Eduardo Greenhalgh e Socorro Gomes	Diligência no Estado do Pará objetivando a elucidação dos desaparecidos que tiveram relação com o episódio denominado "Guerrilha do Araguaia", e reconhecimento do local mencionado pela testemunha Cel. Pedro Correa Cabral onde estariam enterrados os restos mortais de guerrilheiros	16 a 23/10	Estado do Pará
Nelson Pellegrino	Seminário sobre "A Aplicação das Normas Internacionais de Direitos Humanos pelos Tribunais e Cortes Nacionais"	23 a 25/10	Montevideú, Uruguai
Orlando Fantazzini	Seminário "Violência contra a mulher: tráfico de seres humanos"	23/10	São Paulo/SP
Marcos Rolim	Conferência Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.	24/10	Porto Alegre/RS
Luiz Eduardo Greenhalgh	Diligência com a finalidade de localizar corpos de pessoas envolvidas na "Guerrilha do Araguaia"	23 a 25/10	Marabá/PA
Nelson Pellegrino	Seminário "Segurança Pública e Direitos Humanos"	29 e 30/10	Fortaleza/CE
Luiz Alberto	Participar de negociações na cidade de Pau Brasil, no Sul da Bahia, com a finalidade de contribuir para o equacionamento de conflitos envolvendo os índios pataxó Hã - Hã - Hã e fazendeiros daquele estado	31/10	Pau Brasil/BA

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Nilmário Miranda	Acompanhar as investigações referentes ao caso de tortura praticada contra o Sr. Roberto Edmar Urias, na cidade de Varginha/MG	31/10	Varginha/MG
Fernando Gabeira	Audiência na cidade de Alcântara/MA, com a finalidade de tratar sobre os problemas sociais e violações de direitos humanos que vem ocorrendo na implantação do Centro de Lançamentos de alcântara, naquele estado	05/11	Alcântara/MA
Orlando Fantazzini	I Conferência Municipal de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Santos/SP	06/11	Santos/SP
Nelson Pellegrino	Debate sobre o tema: "combate a tortura"	06/11	Salvador/BA
Orlando Fantazzini	I Conferência Municipal de Direitos Humanos, promoção da Câmara Municipal de Santos/SP.	06 e 07/11	Santos/SP
Luiz Eduardo Greenhalgh	Acompanhar o julgamento dos assassinos do índio Galdino Jesus dos Santos em Brasília/DF	06, 07 E 08/11	Brasília/DF
Fernando Gabeira	Participar de audiência na cidade de Alcântara/MA com a finalidade de tratar sobre os problemas sociais e violações de direitos humanos que vem ocorrendo na implantação do Centro de Lançamentos de Alcântara, naquele estado.	06/11	Alcântara/MA
Nilmário Miranda	Acompanhar, em Três Corações/MG, o caso do Sr. Marco Aurélio Braz preso na cadeia pública daquele município, torturado para confessar um crime que não cometeu	08/11	Três Corações/MG
Nelson Pellegrino	1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos	22/11	Salvador/BA
Nilmário Miranda e Fernando Gabeira	Acompanhar o caso do Juiz de Direito da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, Wenderson de Souza Lima e dos Promotores de Justiça daquele município, os Srs. Rodrigo Gonçalves Fonte Boa e Leonardo Duque Barbarela	26/11	Ribeirão das Neves/MG

PARLAMENTAR	EVENTO/ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Fernando Gabeira	Reunião com o Sr. José da Cunha Lima, Presidente da TV-Cultura de São Paulo, com a finalidade de tratar sobre a demissão da apresentadora Sônia Francine	27/11	São Paulo/SP
Orlando Fantazzini	Audiência na cidade de Marabá/PA, com a finalidade de averiguar denúncias de trabalho infantil em olarias nas cidades de Rondon do Pará, Don Eliseu, Ulianópolis e Paragominas naquele Estado	27 e 28/11	Marabá/PA
Nelson Pellegrino	II Conferência Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Santo André/SP	29/11	Santo André/SP
Padre Roque	IX reunião do Fórum Permanente do idoso da região norte	29 e 30/11	Manaus/AM
Babá	II Conferência da Amazônia	29 e 30/11	Macapá/AP
Marcos Rolim	Caravana Nacional de Direitos Humanos, sobre o tema "A realidade dos orfanatos brasileiros	02 a 10/12	São Luís/MA, Salvador/BA, São Paulo/SP, Curitiba/PR Porto Alegre/RS e Brasília/DF
Nilmário Miranda e Nelson Pellegrino	Sessão Especial "O mundo pede paz e justiça social", em comemoração aos 53 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como expositores	13/12	Salvador/BA
Nelson Pellegrino	Solenidade de instalação da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Aracaju/SE, como palestrante	13/12	Aracaju/SE
Nelson Pellegrino	I Encontro Estadual de Direitos Humanos, como expositor	11, 12 e 13/12	Salvador/BA
Nelson Pellegrino, Nilmário Miranda e Eduardo Barbosa	Conhecer a situação dos direitos humanos na República de Cuba, a convite da Assembléia do Poder Popular da República de Cuba, no marco do acordo firmado em dezembro de 2000 entre aquele parlamento e a Câmara dos Deputados brasileira	13 a 15/01/02	República de Cuba